

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1104703-58.2020.8.26.0100(A) MM. Juiz(a) de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, Dr(a). GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER Edital de Citação com Prazo 20 dias. Processo Digital nº 1104703-58.2020.8.26.0100. O Dr. GUILHERME SILVEIRA TEIXEIRA, Juiz de Direito da 5ª Vara Cível do Foro Central – Comarca da Capital/SP, Faz Saber a ESTELA FRANCÉS DE ALMEIDA ATRAGHJI, RG 3.896.435-5SPSP e CPF 051.104.168-34que CONDOMÍNIO EDIFÍCIO E. GALERIA CALIFORNIA ajudou-ihue a ação de Execução de Título Extrajudicial para cobrança de R\$ 355.640,13 (Agosto/2023), referentes a débitos condominiais relativos a OJA 25, localizada no andar térreo do Edifício Galeria Califórnia, ora Executante, situado na Rua Barão de Itapetininga, 255. Estando a executada em lugar ignorado, expedir-se edital, para que em 03 dias úteis, a fluir após o prazo supra, pague o débito atualizado, acrescido das cominações legais, caso em que a verba honorária será reduzida pela metade, e querendo oferecer embargos no prazo de 15 dias úteis, facultando ao executado nesse prazo, reconhecendo o crédito do executante e comprovando o depósito de 30% do valor em execução, mais custas e honorários, requerer o pagamento do saldo em 06 parcelas mensais, acrescidas de correção e juros. Sob pena de penhora da LOJA 25, situada no Condomínio auto. Ficando advertidos que se o comitente for especial em caso de revelia nos termos do artigo 257, IV. Será o presente edital afixado e publicado na forma da Lei.

CONCESSIONÁRIA ROTA SOROCABANA S.A.
 CNPJ/MF Nº 58.484.141/0001-07 - NIRE Nº. 35.300.653.424

FATO RELEVANTE
 A Concessionária Rota Sorocabana S.A. ("Companhia" ou "Rota Sorocabana"), em observância à Resolução CVM nº. 44, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada hoje, aprovou a 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfrica, com garantia adicional fiduciária, em série única ("Emissão"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, totalizando um montante de R\$ 2.050.000.000,00 (dois bilhões e cinquenta milhões de reais), na data de emissão ("Debêntures"). A Emissão das Debêntures será objeto de distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução da CVM nº. 160, de 13 de julho de 2022, bem como de demais disposições legais aplicáveis, com garantia firme para a totalidade das Debêntures ("Oferta"). Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das Debêntures, serão destinados ao pagamento de dívidas contratadas e novos investimentos e pagamento de despesas de capital relativos ao Projeto (conforme definido na escritura de emissão das Debêntures), nos termos previstos na escritura de emissão das Debêntures. A efetiva conclusão da Oferta e liquidação financeira da Emissão estão sujeitas às condições de mercado e macroeconômicas favoráveis, ao interesse dos investidores e demais fatos alheios à vontade da Companhia. A Companhia manterá sua acionista e o mercado em geral informados a respeito dos desdobramentos relacionados aos assuntos tratados neste Fato Relevante. São Paulo/SP, 25 de fevereiro de 2025.

CONCESSIONÁRIA ROTA SOROCABANA S.A., Guilherme Motta Gomes - Diretor Presidente

Juntos Somos Mais Fidelização S.A.
 CNPJ/MF nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35.300.534.301

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 26 de Dezembro de 2024
1. Datas Hora e Local: Aos 26 dias do mês de dezembro de 2024, às 11:00 horas, realizada de forma exclusivamente digital, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams.
2. Convocação: O Edital de Convocação foi publicado na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), no jornal "O Dia SP", nas edições de (i) 17 de dezembro de 2024 - página 4; (ii) 18 de dezembro de 2024 - página 5; e (iii) 19 de dezembro de 2024 - página 5, respectivamente, bem como na página de publicações legais do mesmo jornal na internet, nas edições de (i) 17 de dezembro de 2024 - página 1; (ii) 18 de dezembro de 2024 - página 1; e (iii) 19 de dezembro de 2024 - página 1, respectivamente. **3. Presença:** A Assembleia contou com a presença dos acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme registro de presença da Plataforma Digital, constituindo, portanto, quórum para instalação e deliberação das matérias constantes da ordem do dia. **4. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Pedro Cardoso Manduca Ferreira, e secretariados pelo Sr. Filipe Ribeiro Curvello da Silva. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a ratificação da operação de venda da plataforma Triider; (ii) a dispensa da realização da avaliação periódica prevista para o ano de 2024; e (iii) a autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação da(s) matéria(s) aprovada(s). **6. Deliberações:** Após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições ou ressalvas, o seguinte: **6.1.** Ratificar a transação de venda dos ativos abaixo relacionados em favor da empresa Iguana Fix Desenvolvimento e Intermediação Ltda., realizada na data de 26/11/2024, pendente das condições precedentes previstas em contrato, a) plataforma tecnológica Triider e respectivo código fonte; b) base de usuários; c) marcas associadas ao Triider; **6.2.** A dispensa da elaboração e avaliação periódica prevista no plano de acionistas prevista para o ano de 2024; **6.3.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das matérias ora aprovadas. **7. Encerramento:** O Presidente da Assembleia Geral declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que foi lida e aprovada pela unanimidade dos acionistas participantes. A presente ata foi assinada pelo Presidente e Secretário da mesa, considerando-se, para todos os efeitos legais, subscreta pelos acionistas que participaram pelo meio digital. São Paulo, 26 de dezembro de 2024. **Mesa:** Pedro Cardoso Manduca Ferreira - Presidente; Filipe Ribeiro Curvello da Silva - Secretário. **Acionistas:** Votorantim Cimentos S.A. (p. Pedro Cardoso Manduca Ferreira), Gerdaux Aço Longos S.A. (p. Letícia Satie Kat Matayoshi) e Tigre S.A. Participações (p. Pamela Hoffmann Castilhos Lopes). São Paulo, 26 de dezembro de 2024. JUCESP 55.297/25-0 em 14/2/25. Alóizio E. Soares Junior - Secretário Geral em exercício.

Quadra 43 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.
 CNPJ/ME nº 09.258.750/0001-32 - NIRE 35.221.923.844

ATA DE REUNIÃO DE SÓCIAS, REALIZADA EM 30 DE JANEIRO DE 2025
1. Data, Hora e Local: 30/01/2025, 10h00, na sede da **Quadra 43 Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Rua Itamarati, 576, Quadra 51, Lote 09 A, Anexo B52, Jd. Ipiranga, CEP 13468-440. (i) **Presença:** Sócios representando a totalidade do capital social, conforme segue: (a) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.** ("CCDI"), sociedade anônima, CNPJ nº 67.203.208/0001-89, com seus atos constituintes registrados perante a JUCESP sob NIRE 35.300.194.411, com sede na cidade de São Paulo/SP, na Av. Brás, Faria Lima, 1.336, 9º andar, Pinheiros, CEP 0451-001, neste ato representada por seus Diretores, Srs. Alexandre Simon Lee, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 30****44, CPF nº 029.***-**-08; e Gustavo Araujo Rodrigues brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF nº 290.***-**-51, RG nº 27.***-**-8, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Paulo/SP, ambos com endereço comercial na sede da companhia; e (b) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na R. João Lourenço, 432, Sala 30, São Paulo/SP, CEP 04608-030, CNPJ nº 09.146.451/0001-06, com seus atos constituintes registrados perante a JUCESP sob NIRE 35.300.358.996, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr. Raphael Esper Kallas, brasileiro, casado, engenheiro civil, RG nº 33.479.479-1-SSP/SP, CPF nº 394.***-**-78, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório na sede da empresa ("Kallas"), e, em conjunto com a CCDI, as "Sócias". (ii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 9.464.185,00, **passa a ser dividido** em 9.464.185,00 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2021, 2022, 2023 e 2024, integraram parte das quotas subscritas através da Alteração Contratual da Sociedade, que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 217.400,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 2.174,00 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 6.824.929,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 237.979,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 93.171,42 na Sociedade e, por consequência, integralizou 930 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a Kallas detém R\$ 2.839.256,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 101.991,73 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 464.185,00, dividido em 94.641,85 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, no valor de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 66.249,29 quotas, no valor total de R\$ 6.824.929,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 237.979,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 28.392,56 quotas, no valor total de R\$ 2.839.256,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 101.991,73 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 9.464.185,00, **passa a ser dividido** em 9.464.185,00 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 2.839.256,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 101.991,73 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 6.824.929,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 237.979,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 93.171,42 na Sociedade e, por consequência, integralizou 930 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a Kallas detém R\$ 2.839.256,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 101.991,73 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 9.464.185,00, dividido em 94.641,85 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, no valor de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 2.358.090 quotas subscritas e totalmente integralizadas, em dinheiro, no valor de R\$ 0,01 cada uma, representando R\$ 23.580.900,00 do capital social da Sociedade; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 984.203 quotas subscritas e totalmente integralizadas, em dinheiro, no valor de R\$ 0,01 cada uma, representando R\$ 9.842.030,00 do capital social da Sociedade". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 5.426.017,00, dividido em 54.260.170 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 35.994.120 quotas, no valor total de R\$ 3.599.412,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 15.426.050 quotas, no valor total de R\$ 1.542.605,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 5.426.017,00, dividido em 54.260.170 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 35.994.120 quotas, no valor total de R\$ 3.599.412,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 15.426.050 quotas, no valor total de R\$ 1.542.605,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 5.426.017,00, dividido em 54.260.170 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 35.994.120 quotas, no valor total de R\$ 3.599.412,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 15.426.050 quotas, no valor total de R\$ 1.542.605,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 5.426.017,00, dividido em 54.260.170 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 35.994.120 quotas, no valor total de R\$ 3.599.412,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 15.426.050 quotas, no valor total de R\$ 1.542.605,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 5.426.017,00, dividido em 54.260.170 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 35.994.120 quotas, no valor total de R\$ 3.599.412,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 15.426.050 quotas, no valor total de R\$ 1.542.605,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 5.426.017,00, dividido em 54.260.170 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 35.994.120 quotas, no valor total de R\$ 3.599.412,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 15.426.050 quotas, no valor total de R\$ 1.542.605,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 5.426.017,00, dividido em 54.260.170 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 35.994.120 quotas, no valor total de R\$ 3.599.412,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 15.426.050 quotas, no valor total de R\$ 1.542.605,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da Sociedade é de R\$ 5.426.017,00, dividido em 54.260.170 quotas subscritas e parcialmente integralizadas, em dinheiro, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma, assim distribuídas entre as Sócias: (i) **Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.**, possui 35.994.120 quotas, no valor total de R\$ 3.599.412,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e (ii) **Kallas Incorporações e Construções S.A.**, possui 15.426.050 quotas, no valor total de R\$ 1.542.605,00, devidamente subscritas e parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens". (iii) **Convocação:** Dispensada face à presença das sócias representando a totalidade do capital social, conforme faculta o artigo 1072, §2º do Código Civil. **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Araujo Rodrigues e Secretária: Debora Leister. **4. Ordem do Dia:** (i) Aprovar a alteração do valor nominal das quotas da Sociedade; (ii) Aprovar a integralização do capital social da Sociedade; e (iii) Aprovar a redução do capital social da Sociedade. **5. Deliberação:** Após o exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, as sócias resolveram, por unanimidade: (i) As Sócias, neste ato, aprovam a alteração do valor nominal das quotas representativas do capital social da Sociedade, passando de R\$ 1,00 para R\$ 0,01, ou seja, o capital social da Sociedade de R\$ 142.017,00 (cento e quarenta e dois mil e dezessete reais), **passa a ser dividido** em 14.201.700 quotas, com o valor nominal de R\$ 0,01, todas devidamente subscritas e parcialmente integralizadas; (ii) As Sócias, durante os exercícios fiscais de 2022 e 2023, integraram parte das quotas subscritas através da 3ª Alteração Contratual da Sociedade e que não haviam sido integralizadas e, portanto, neste ato, decidem regularizar o capital social, sendo certo que: "a CCDI aportou R\$ 5.460,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 540 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a CCDI detém R\$ 3.599.412,00, parcialmente integralizadas no montante de R\$ 47.987,00 em moeda corrente nacional e bens; e a Kallas aportou R\$ 2.340,00 na Sociedade e, por consequência, integralizou 234 quotas, no valor de R\$ 0,01 cada, pertencente ao capital social da Sociedade. Sendo assim, a KALLAS detém R\$ 1.542.605,00 parcialmente integralizadas no montante de R\$ 20.565,71 em moeda corrente nacional e bens. Portanto, frente a regularização dos acima, as Sócias decidem que, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade passa a vigorar com seguinte redação: "**Cláusula 5ª** do capital da

Jornal O DIA SP

→ continuação

15. Provisões para Contingências: No encerramento do exercício, a Sociedade era parte envolvida em processos judiciais civis no valor de R\$ 460 (R\$ 575 em 31 de dezembro de 2023) classificadas como "provisões". Com base nas avaliações dos especialistas jurídicos da Sociedade, o risco de perda dos processos civis classificados como "provisões" era de R\$ 63 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 133 em 31 de dezembro de 2023). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade constituiu uma provisão de processo judicial trabalhista no valor de R\$ 365 classificado como "provisão", baseado nas avaliações dos especialistas jurídicos da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a movimentação dos saldos das Provisões de Contingências era composta conforme abaixo:

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Provisão para Contingências Cíveis	(133)	(19)	89	(63)
Provisão para Contingências Trabalhistas	(365)	–	(365)	–
Total	(133)	(384)	89	(428)

16. Arrendamentos a pagar: Em 31 de dezembro de 2024, os valores do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar são de R\$ 15.037 (em 2023 era R\$ 21.054) e R\$ 16.380 (em 2023 era R\$ 22.728), respectivamente.

Movimentação dos direitos de uso:

	Saldos em 31/12/2023	Baixa Reajuste 2024	Depreciação 2024	Saldos em 31/12/2024
Data center	18.209	–	687	(4.913)
Imóveis	2.845	(1.186)	–	(604)
Total	21.054	(1.186)	687	(5.517)

Movimentação dos arrendamentos a pagar:

	Saldos em 31/12/2023	Baixa Reajuste 2024	Juros Pagamentos 2024	Saldos em 31/12/2024
Data center	18.945	–	687	1.183
Imóveis	3.783	(1.720)	–	(922)
Total	22.728	(1.720)	687	(6.739)

Cronograma de vencimento de arrendamentos a pagar de longo prazo

Período	Valor
2024	6.700
2027	6.739
Total	13.379

Juros estimados do período de 2024 a 2027

Total de arrendamentos a pagar de longo prazo 10.680
O valor presente dos arrendamentos a pagar foi calculado com base nos fluxos de caixa projetados, descontados a taxa média dos contratos de 7% ao ano. **17. Passivo Financeiro a pagar:** Em 30 de junho de 2020, a Administração iniciou sua operação com os ativos Plataforma de Dados Qued e Produtos Relatório e Score de Crédito que encontravam-se nas condições necessárias para operar da forma pretendida pela Sociedade. Como na data de início de uso desses ativos ainda havia liquidações previstas, a mensuração do custo remanescente desses ativos foi realizada com base no valor presente das contraprestações futuras ainda não liquidadas. O registro do valor presente dos ativos em questão foi realizado em contrapartida a um passivo financeiro, uma vez que com a entrega dos ativos da forma pretendida pela Administração, a Sociedade passa a não ter o direito incondicional de evitar a entrega de caixa para liquidar sua obrigação contratual. O passivo financeiro é atualizado anualmente pela inflação brasileira e americana, sendo a última contraprestação prevista para setembro de 2027. Em 31 de dezembro de 2024, os saldos dos Passivos Financeiros a pagar eram compostos conforme abaixo:

	Saldos em 31/12/2023	Apro- priações	Paga- mentos	Varia- ção Cambial	Varia- ção Monetária	Saldos em 31/12/2024
Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar	408.312	–	(109.584)	31.687	13.443	343.858
Juros sobre Passivo Finan- ceiro de Fornecedores	(6.588)	2.968	–	–	–	(3.620)
Total	401.724	2.968	(109.584)	31.687	13.443	340.238

18. Outras Contas a Pagar: Nota explicativa 31/12/2024 31/12/2023

	Saldos em 31/12/2023	Apro- priações	Paga- mentos	Varia- ção Cambial	Varia- ção Monetária	Saldos em 31/12/2024
Passivo Financeiro de Fornecedores a pagar	499.684	–	(98.298)	(10.467)	17.393	408.312
Juros sobre Passivo Finan- ceiro de Fornecedores	(10.355)	3.767	–	–	–	(6.588)
Total	489.329	3.767	(98.298)	(10.467)	17.393	401.724

19. Partes relacionadas: No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela Sociedade e seus acionistas, operações com partes relacionadas, tais como aplicações financeiras, contas a pagar, despesas com benefícios, entre outros. A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos Bancos, sendo alguns desses seus acionistas diretos ou indiretos. Os quadros a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 da Sociedade, discriminados por modalidade de contrato, acionista, bem como as correspondentes receitas e despesas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Empresas	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco do Brasil S.A. (a) e (e)	7.493	–	573	–
Banco Bradesco S.A. (a), (b) e (e)	96.166	27.446	34.950	54.286

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Sociedade" ou "QUOD") Barueri - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. ("Sociedade" ou "QUOD"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gestora de Inteligência de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que

Notas explicativas às demonstrações financeiras da Gestora de Inteligência de Crédito S.A.

Empresas	Balanço Patrimonial		31/12/2024		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco Santander (Brasil) S.A. (a), (d) e (e)	18.890	27.474	54.753	54.243	114	–
Banco Itaú Unibanco S.A. (a)	–	–	–	–	–	–
Banco Digio S.A. (e)	324	–	294	–	–	–
Next Tecnologia e Serviços Digitais S.A. (e)	–	–	45	–	–	–
X55 Administradora de Consórcios S.A. (e)	–	–	7	–	–	–
Banco Bradesco S.A. (e)	–	–	13	–	–	–
Banco Bradesco Financiamentos S.A. (e)	239	–	228	–	–	–
X33 Seguros S.A. (e)	1	–	1	–	–	–
Aleto Instituição de Pagamentos S.A. (e)	–	–	120	–	–	–
Caixa Econômica Federal (e)	–	–	14	–	–	–
Livelo S.A. (e)	–	–	6	–	–	–
Cielo S.A. - Instituição de Pagamento	1	–	1	–	–	–
Banco RCI Brasil S.A. (e)	1	–	–	–	–	–
Lexisnexis Risk Solutions FL Inc (f)	–	–	12.360	–	–	–
Lexisnexis Serviços de Análise de Risco (f)	–	–	17.648	–	–	–
Total	123.229	84.928	94.176	134.484	123.229	84.928

Empresas	Demonstração de Resultado		31/12/2024		31/12/2023	
	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas	Receitas	Despesas
Banco do Brasil S.A. (b)	2.550	68	907	53	–	–
Banco Bradesco S.A. (b)	–	–	–	1.273	–	–
Banco Bradesco BBI S.A. (b)	4.344	1	14.797	–	–	–
Banco Santander (Brasil) S.A. (b)	–	1	–	–	–	–
Banco Itaú Unibanco S.A. (b)	–	1	–	–	–	–
Caixa Econômica Federal (b)	–	1	–	–	–	–
Aleto S.A. (c)	–	6	–	–	–	–
Stelo S.A. (b)	–	17	–	15	–	–
Brasilex Seguros e Previdência S.A. (c)	–	3.415	–	2.594	–	–
Bradesco Saude S.A. (c)	–	7.274	–	4.872	–	–
Lexisnexis Risk Solutions FL Inc (f)	–	64.168	–	44.136	–	–
Lexisnexis Serviços de Análise de Risco (f)	–	33.363	–	35.363	–	–
Total	6.894	109.736	15.704	90.286	6.894	109.736

(a) Refere-se a transações de caixa e equivalentes de caixa com partes relacionadas.
(b) Refere-se a receitas de aplicações financeiras, despesas financeiras, comissionamento de coordenação sobre emissão de debêntures e despesa de gateway. (c) Refere-se a transações de compra de benefícios a funcionários, taxas de serviços sobre vale transporte e vale combustível, assistência médica e plano de previdência privada. (d) Refere-se a empenho com banco com partes relacionadas. (e) Refere-se a transações de contas a receber com as partes relacionadas. (f) Refere-se a transações de contas a pagar e passivo financeiro referentes ao mês de dezembro de 2024 com partes relacionadas. **Recita operacional:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade auferiu receita bruta no montante de R\$ 247.804 (em 2023 foi R\$ 240.144) referente a prestação de serviços de informações de crédito para partes relacionadas. **Remuneração dos Administradores:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram pagos e provisionados aos administradores beneficiários de curto e longo prazo (salários, assistência médica, participação nos lucros e bônus), contabilizados na rubrica "Despesas com pessoal". Anualmente a Sociedade aprova em assembleia o valor global da remuneração dos Administradores, conforme determinação do seu Estatuto Social. O saldo de Remuneração dos Administradores em 31 de dezembro de 2024 e 2023, no montante de R\$ 12.435 e R\$ 7.691, respectivamente, conforme relacionado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração fixa anual	6.832	5.276
Remuneração variável	5.603	2.414
Total	12.435	7.690

20. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 23 de fevereiro de 2023, foi aprovado através da reatificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2022, o aumento do capital social do acionista Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda, mediante ao ajuste no preço de emissão das ações preferenciais, passando a apresentar o montante de R\$ 307.623 (em 31 de dezembro de 2022 era R\$ 283.514), totalizando o capital da Sociedade em R\$ 701.651. O montante das ações ordinárias permaneceu inalterado. A composição do capital social da Sociedade é a seguinte e está representada em reais:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Qtde.	Capital Social	%	Qtde.	Capital Social	%
Acionistas						
Banco Bradesco S.A.	82.825	10.699.036	17%	82.825	10.699.036	17%
Banco do Brasil S.A.	81.893	10.578.523	17%	81.893	10.578.523	17%
Banco Santander (Brasil) S.A.	76.635	9.899.291	16%	76.635	9.899.291	16%
Caixa Participações S.A.	75.284	9.724.824	15%	75.284	9.724.824	15%
Itaú Unibanco S.A.	77.391	9.996.976	16%	77.391	9.996.976	16%
Lexisnexis Serviços de Análise de Risco Ltda.	307.623	12.724.663	20%	307.623	12.724.663	20%
Total	701.651	63.623.313	100%	701.651	63.623.313	100%

21. Receitas líquidas de serviços: A Sociedade gera receita principalmente pela venda de soluções de análise de risco de crédito, prevenção à fraude, compliance e recuperação de crédito para seus clientes. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de receita de receitas com clientes eram compostos conforme abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta de serviços	370.956	324.210
Cancelamentos de faturamentos	(5.125)	(4.855)
Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ICSQN	(40.450)	(35.293)
Total	325.181	284.062

Principais Produtos e Serviços

	31/12/2024	31/12/2023
Soluções de Análise de Risco de Crédito	250.346	223.739
Soluções de Prevenção à Fraude	61.843	50.070
Soluções de Compliance	2.753	5.549
Soluções de Recuperação de Crédito	10.239	4.704
Total	325.181	284.062

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluir, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das**

Tempo de Reconhecimento de Receita

	31/12/2024	31/12/2023
Produtos e serviços transferidos em momento específico no tempo	20.502	16.548
Produtos e serviços transferidos em momento ao longo do tempo	304.679	267.514
Total	325.181	284.062

22. Custos, despesas gerais e administrativas por natureza: Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas, gerais e administrativas conforme classificado na composição dos resultados dos exercícios de 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos serviços prestados	(137.143)	(127.369)
Despesas Gerais e administrativas	(46.613)	(39.157)
Despesas com pessoal	(109.419)	(89.553)
Depreciação e amortização	(4.706)	(5.191)
Despesas com publicidade, marketing e propaganda	(2.629)	(2.773)
Total	(300.510)	(264.043)

Custos dos Serviços Prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Sustentação e suporte a plataforma	(28.977)	(26.609)
Base de dados	(11.866)	(11.133)
Comunicação	(773)	(536)
Atendimento ao cliente	(19.839)	(19.278)
Custo com pessoal	(23.592)	(22.593)
Depreciação e amortização	(52.096)	(50.320)

Despesas com pessoal e Administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Despesa com pessoal	(109.419)	(89.553)
Publicidade, marketing e propaganda	(2.629)	(2.773)
Material consumo, escritório e outros	(2.194)	(3.132)
Viagem, locomoção e diárias	(478)	(353)
Despesas comerciais	(79)	(179)

Despesas Gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação & amortização	(4.706)	(5.191)
Prestação de serviços	(35.932)	(27.512)
Impostos e taxas	(7.415)	(7.359)
Profissionais & ocupações	(515)	(622)
Total	(300.510)	(264.043)

23. Outras Despesas e Receitas Operacionais: Em 2024 a Sociedade reconheceu em seu resultado despesas e receitas decorrentes da descontinuação do contrato de arrendamento de um dos andares utilizados na sua operação e a baixa dos ativos imobilizados, que resultou em um impacto positivo de R\$ 386, complementados por uma despesa de R\$ 123 referente a devolução de recebimento indevido de cliente. Adicionalmente, a Sociedade efetuou um levantamento através de um processo administrativo para a recuperação de crédito previdenciário das rubricas consolidadas, que resultou em um montante de R\$ 195 reconhecidos no período. A tabela a seguir apresenta os saldos de outras receitas e despesas em 31 de dezembro de 2024:

	31/12/2024
Outras Receitas	(198)
Outras Despesas	241
Outras despesas e receitas operacionais	(56)
Total	(453)

24. Resultado Financeiro:

Demonstrações Financeiras para Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Relatório da Administração

Diante das incertezas relacionadas à inflação, à volatilidade cambial e ao ambiente econômico global, o Banco Central adotou uma política mais restritiva na condução da política monetária. O Comitê de Política Monetária (COPOM) elevou a taxa Selic em 0,75 ponto percentual, fixando-a em 12,25% ao ano, em um esforço para ancorar as expectativas de inflação e preservar a estabilidade econômica. No mercado de trabalho, o Brasil alcançou um desempenho positivo, encerrando 2024 com a menor taxa média de desemprego

desde o início da série histórica em 2010. De acordo com a CPMI, o índice caiu de 7,8% para 6,6% no longo prazo, refletindo a resiliência do mercado de trabalho e a recuperação de setores-chave da economia. Esse avanço, contudo, deve ser analisado com cautela, considerando os desafios estruturais e a necessidade de políticas que incentivem a formalização e a geração de empregos. A Suhai manteve as coberturas de fundo/rubro, perda total e RC-Vigilância e alcançou um crescimento de 19,5% em prêmios recebidos, totalizando R\$ 1.440 milhões em 2024.

A sinistralidade foi de 63,1%, 0,9% maior em relação a dezembro de 2023, que foi de 62,2%. Os ativos totalizaram R\$ 1.924 milhões, um crescimento de 17,9% entre o ano de 2023. Encerrou o exercício com provisões técnicas na ordem de R\$ 1.243,8 milhões. O patrimônio líquido teve um crescimento de R\$ 64 milhões, partindo de R\$ 224,6 milhões para R\$ 288,6 milhões, como resultado do lucro no exercício. A companhia distribuiu dividendos em 2024, referente ao exercício de 2023 na ordem de R\$ 20 milhões. São Paulo, 27/02/2025.

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	1.897.614	1.595.346
Disponíveis	609	678
Caixa e bancos	609	678
Aplicações	5.1	810.906
Créditos das operações com seguros e resseguros	550.539	602.967
Prêmios a receber	497.186	511.086
Operações com resseguradoras	52.743	81.144
Outros créditos operacionais	137	137
Ativos de Resseguro e retrocessão diferidos	200.411	196.965
Ativos de capitalização	37.773	14.988
Créditos tributários e previdenciários	6.521	9.991
Depósitos judiciais	192	76
Outros créditos	31.600	14.121
Outros valores e bens	91.671	78.741
Bens a venda	91.671	78.741
Despesas antecipadas	6.474	960
Custos de aquisição diferidos	19.041	15.644
Seguros	19.041	15.644
Ativo não circulante	26.839	35.794
Realizável a longo prazo	15.032	20.557
Outros valores e bens	11.807	15.237
Ativos de direitos de uso - arrendamentos	12	15.032
Imobilizado	13	11.807
Bens móveis	7.205	10.404
Outras imobilizações	5.999	4.803
Total do ativo	1.924.453	1.631.140

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	1.610.461	1.388.868
Contas a pagar	17.133	60.029
Obrigações a pagar	14.1	10.430
Impostos e encargos sociais a receber	14.2	44.175
Encargos trabalhistas	3.322	2.328
Impostos e contribuições	14.3	4.960
Outros débitos operacionais	294.411	309.787
Prêmios a restituir	2.361	1.132
Operações com resseguradoras	15	254.776
Corretores de seguros e resseguros	15	37.445
Outros débitos operacionais	2.346	1.699
Provisões técnicas - seguros	1.243.855	1.013.891
Danos	1.243.855	1.013.891
Outros débitos	1.062	5.166
Passivos de arrendamentos	12	1.062
Outros débitos	12	4.104
Contas a pagar	20.017	10.022
Empréstimos e financiamentos - Debitantes	17	20.017
Outros débitos	5.372	7.599
Provisões judiciais	18	445
Passivos de arrendamentos	12	4.927
Patrimônio líquido	288.603	224.655
Capital social	163.216	113.216
Reserva de Lucros	124.387	111.439
Total do passivo e patrimônio líquido	1.924.453	1.631.140

Capital social	31/12/2024	31/12/2023
Capital em aprovação	50.631	50.631
Reserva legal	3.761	62.585
Reserva estatutária	2.085	55.000
Lucros (Prejuízos) acumulados	116.477	7.585
Total	163.216	113.216

Lucros (Prejuízos) acumulados	31/12/2024	31/12/2023
Total	116.477	7.585
Lucros (Prejuízos) acumulados	116.477	7.585

Capital social	31/12/2024	31/12/2023
Capital em aprovação	50.631	50.631
Reserva legal	3.761	62.585
Reserva estatutária	2.085	55.000
Lucros (Prejuízos) acumulados	116.477	7.585
Total	163.216	113.216

Lucros (Prejuízos) acumulados	31/12/2024	31/12/2023
Total	116.477	7.585
Lucros (Prejuízos) acumulados	116.477	7.585

1. Contexto operacional: A Suhai Seguradora S.A. (doravante "Companhia" ou "Seguradora") foi constituída em 04/07/2012, conforme Ata de Constituição, sob o nº 5.118, de 21/01/2013. A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social operar com seguros de danos, sobretudo no ramo de automóveis, em todo território nacional. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referenciadas pela SUSEP, e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em referência circular e seguem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1). As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, cujas principais modificações em relação ao formato de apresentação foram: (i) as provisões técnicas são apresentadas em grupo de Ramos de Negócios e Seguros; (ii) as despesas com monitoramento e antifurto estão sendo apresentadas no grupo "Custos de aquisição"; **2.2 Base para mensuração, moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$) e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A moeda funcional da Companhia é o Real. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é requerida a usar seu julgamento em relação a dados de estimativas que levam em consideração pressupostos e pressões que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e pressões são revistas periodicamente. Revisitas com base no reconhecimento inicial são feitas em determinado período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos considerados na aplicação das práticas contábeis, que apresentam efeitos significativos nos saldos registrados nas demonstrações financeiras e, portanto, existe um risco de alteração no reconhecimento inicial. Esses ativos financeiros, portanto, estão relacionados à marcação a mercado dos ativos financeiros. As políticas contábeis discriminadas adiante foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **2.4 Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para continuar suas operações e não há indicação de interrupção ou suspensão no tempo de conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **3. Principais políticas contábeis:**

3.1 Disponível (Caixa e equivalentes em caixa): Caixa e equivalentes em caixa são ativos financeiros disponíveis em caixa, em contas bancárias e investimentos financeiros com vencimento inferior a 90 dias a contar da data de aquisição ou de alta líquida e de baixo risco de variação no valor justo de mercado. Em 31/12/2024 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como "caixa restrita", bem como item de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros. **3.2 Ativos financeiros:** Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial e de acordo com as seguintes categorias: * Valor justo por meio do resultado; e * Empréstimos e recebíveis. A Circular SUSEP nº 648 de 12/11/2021 e alterações posteriores estabelece os ativos financeiros para cobertura técnica devendo ser registrados a valor justo por meio do resultado. **3.2.1 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.2 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.3 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.4 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.5 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.6 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.7 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.8 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.9 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.10 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.11 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.12 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.13 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.14 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.15 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.16 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.17 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.18 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.19 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.20 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.21 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.22 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.23 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.24 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.25 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.26 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.27 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.28 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.29 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.30 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.31 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.32 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.33 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.34 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.35 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.36 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.37 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.38 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.39 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.40 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.41 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.42 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.43 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.44 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.45 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.46 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.47 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.48 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.49 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.50 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.51 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.52 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.53 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.54 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.55 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.56 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.57 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.58 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.59 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.60 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.61 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.62 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.63 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.64 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.65 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.66 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.67 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.68 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.69 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.70 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.71 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.72 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.73 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.74 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.75 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.76 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.77 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.78 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.79 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.80 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.81 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.82 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.83 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.84 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.85 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.86 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.87 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.88 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.89 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.90 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.91 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.92 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.93 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.94 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.95 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.96 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.97 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.98 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.2.99 Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja desclassificado como "caixa restrita" no momento inicial. **3.3 Passivos financeiros:** Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições, outras contas a pagar e debêntures, que são reconhecidos e mantidos ao valor justo. **3.3.1 Empréstimos e financiamentos:** Composto por debêntures emitidas por seus valores de contratação, deduzidos dos respectivos custos de transação, e atualizados de acordo com as taxas de juros deduzidas. **3.4 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é criada em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido a partir da obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, levando em consideração a natureza jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuradas como "prováveis", com base em evidências e informações disponíveis. **3.5 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é criada em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido a partir da obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, levando em consideração a natureza jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuradas como "prováveis", com base em evidências e informações disponíveis. **3.6 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é criada em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido a partir da obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, levando em consideração a natureza jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuradas como "prováveis", com base em evidências e informações disponíveis. **3.7 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é criada em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido a partir da obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, levando em consideração a natureza jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuradas como "prováveis", com base em evidências e informações disponíveis. **3.8 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é criada em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido a partir da obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, levando em consideração a natureza jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuradas como "prováveis", com base em evidências e informações disponíveis. **3.9 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Uma provisão é criada em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido a partir da obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, levando em consideração a natureza jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuradas como "prováveis", com base em evidências e informações disponíveis. **3.10 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previd**

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Suhai Seguradora S.A.						
Líquido de Resseguro - Administrativos						
	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024
Incorrido (+) IBNR	30.613	19.854				
- Quatro anos mais tarde	30.639					
- Cinco anos mais tarde	30.639	19.854	39.776	112.343	373.054	512.904
Posição em 31/12/2024	1.510	2.009	2.113	2.533	(29.447)	166.079
Provisão de sinistro em 31/12/2024	(3.55%)	(5,96%)	(2,49%)	(4,99%)	(109,620)	(31,90%)
Sobra/Falta acumulada (R\$)	(1.140)	1.593	(2.495)	5.731	(109.620)	
Sobra/Falta acumulada (%)	(3,55%)	(7,28%)	(5,96%)	(4,99%)	(31,90%)	
Líquido de Resseguro - Judiciais						
	dez/2019	dez/2020	dez/2021	dez/2022	dez/2023	dez/2024
Incorrido (+) IBNR	56	45	101	423	709	3.529
- Até a data-base [a]	127	125	363	1.510	4.449	
- Um ano mais tarde	154	198	531	2.698		
- Dois anos mais tarde	147	239	671			
- Três anos mais tarde	277	279				
- Quatro anos mais tarde	352	279				
- Cinco anos mais tarde	352	279	671	2.698	4.449	3.529
Posição em 31/12/2024	0	7	12	52	103	804
Pago Acumulado	48	56	504	1.405		
- Até a data-base [a]	91	117	231	1.629		
- Um ano mais tarde	48	56	504	1.405		
- Dois anos mais tarde	48	117	231	1.629		
- Três anos mais tarde	310	163	478			
- Quatro anos mais tarde	310	251				
- Cinco anos mais tarde	477	251	478	1.629	1.405	804
Posição em 31/12/2024	(125)	27	194	1.068	3.044	2.725
Provisão de sinistro em 31/12/2024	(296)	(233)	(570)	(2.275)	(3.741)	(6.933)
Sobra/Falta acumulada (R\$)	(84,13%)	(83,73%)	(84,92%)	(84,34%)	(84,07%)	
Sobra/Falta acumulada (%)						

17. **Debêntures:** Em 25 de outubro de 2023, a Companhia realizou a 1ª emissão pública de debêntures, simples, série única, não convertíveis em ações de emissão da Companhia, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada uma, autorizadas pela AGE de 20 de setembro de 2023, com o objetivo de obter recursos necessários para fins de cobertura do Capital Mínimo Requerido (CMR) e aplicados em investimentos permitidos, nos termos da regulamentação aplicável.

	Venci-mento	Taxa de juros a.a.	31/12/2024	
			Capta-ção (*)	Inco-rridos
Debêntures	09/2028	7,50 a.a.	20.000	3.474 (3.457)
			20.000	3.474 (3.457)
31/12/2023				
	Venci-mento	Taxa de juros a.a.	Capta-ção (*)	Inco-rridos
Debêntures	09/2028	7,50 a.a.	10.000	485 (463)
			10.000	485 (463)

18. **Provisões Judiciais:** A Companhia constitui a provisão para processos judiciais avaliados como prováveis, conforme avaliação dos seus consultores jurídicos. As notificações administrativas da Susep pela sua expectativa de perda, conforme quadro adiante:

	31/12/2024	
Classificação	Quantidade	Valor reclamado
Perda provável	-	-
Perda possível	7	686
Totais	7	686
31/12/2023		
Classificação	Quantidade	Valor reclamado
Perda provável	50	445
Perda possível	423	2.804
Totais	483	4.249

Reclamações cíveis incluem as provisões para sinistros judiciais, provisionado em Provisão de Sinistros a Liquidar - Judicial. Os depósitos judiciais registrados no ativo não estão reduzindo os passivos contingentes provisionados. Referem-se a processos em trâmite final de encerramento ou como exigência para seguir com o processo.

	31/12/2023	
Classificação	Quantidade	Valor reclamado
Perda provável	13	2.437
Perda possível	14	3.047
Totais	27	5.484
31/12/2024		
Classificação	Quantidade	Valor reclamado
Perda provável	39	358
Perda possível	319	3.100
Totais	358	3.458

	31/12/2024		31/12/2023	
Saldo Inicial	406	188	406	188
Constituição	199	353	199	353
Juros/Atualização	19	5	19	5
Reversão	(160)	(140)	(160)	(140)
Saldo Final	445	406	445	406

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Suhai Seguradora S.A. São Paulo - SP. Escopo da auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro e a cobertura registrada nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Suhai Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a Auditoria Atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuarial independente da Suhai Seguradora S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à Auditoria Atuarial Independente. **Responsabilidade da administração:** A Administração da Suhai Seguradora S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à varia-

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

19. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Companhia não possui obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. Custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de ações próprias são registrados no patrimônio líquido, deduzidos dos recursos recebidos. b) **Aumento do capital social:** Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2023, o aumento do Capital Social no montante de R\$ 62.585, passando de R\$ 50.631 para R\$ 113.216, dividido em 69.783.641 ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Foi deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de março de 2024, o aumento do Capital Social no montante de R\$ 50.000, passando de R\$ 113.216 para R\$ 163.216, dividido em 65.315.308 ações ordinárias sem valor nominal. O aumento de capital foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. c) **Reserva de Lucros:** Compõem as reservas de lucros: Legal: 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social; e Estatutária: dispõe o estatuto que o lucro remanescente é destinado a formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não pode exceder o capital social. A administração leva a assembleia à destinação do excesso da reserva estatutária. d) **Dividendos:** Os acionistas têm assegurado um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido do exercício anual, conforme estipulado no estatuto social. A Companhia reconhece o JCP e submete à assembleia a definição de sua destinação. No exercício de 2024, foram creditados R\$ 15.468 aos acionistas a título de JCP e distribuídos R\$ 20.000 em dividendos. e) **Patrimônio líquido ajustado (PLA) e exigência de capital:** A Resolução Susep nº 432 de 12/11/2021 regula o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR) definindo os capitais de risco exigidos e determinando o maior entre Capital Base e CMR. A tabela a seguir apresenta os níveis de suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao CMR, segundo os normativos vigentes. O quadro adiante representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes:

	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido	288.603	224.655
(-) despesas antecipadas	(6.474)	(960)
(+) dívidas subordinadas emitidas	20.017	10.022
Patrimônio Líquido Ajustado (a)	302.146	233.717
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	54.069	30.859
Patrimônio Líquido Ajustado (a1)	356.215	264.576
Capital Base (b)	8.100	8.100
Capital de Risco de Subscrição	225.747	139.682
Capital de Risco de Crédito	25.477	19.186
Capital de Risco Operacional	10.416	10.484
Capital de Risco de Mercado	14.793	8.749
(-) correlação entre Capitais de Riscos de Subscrição e Crédito	(22.215)	(14.873)
Capital Base (b1)	254.218	163.228
Suficiência de Capital (e = a - d)	101.997	101.348
Suficiência de Capital (e/d)	40%	62%
Ativos em Excesso à Necessidade de Cobertura	286.669	248.480
20% do Capital mínimo requerido (CMR)	50.844	32.666
Liquidez superior em relação aos 20% do CMR	235.825	215.814
Liquidez rem relação ao CMR (% do CMR)	93%	132%

	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel (Casco)	1.483.097	(303.594)
Assistência	253.736	(47.422)
RC Facultativa Veículos	237.737	(42.767)
Total	1.974.570	(393.783)
Emissão	1.483.097	(303.594)
Cancelado	(47.422)	(191)
Restituído	(4.634)	(191)
Emissão	1.174.869	1.033.411
Líquido	206.123	168.253
Líquido	194.569	126.954
Total	1.575.561	1.328.618

Parcear dos auditores atuariais independentes

latória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuarias independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à varia-

ção econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuarial, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuarial considera que os controles internos da Suhai Seguradora S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os demonstrativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Suhai Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens

20.2 **Variação das provisões técnicas de prêmios:**

	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel (Casco)	(84.405)	(71.983)
Assistência	(15.286)	(23.630)
RC Facultativa Veículos	(135.235)	(123.159)
Total	(214.926)	(198.772)

20.3 **Prêmios ganhos:**

	31/12/2024	31/12/2023
Automóvel (Casco)	1.090.464	961.428
Assistência	190.837	144.623
RC Facultativa Veículos	159.025	99.408
Total	1.440.326	1.205.459

20.4 **Sinistros ocorridos e índice de sinistralidade %:**

	31/12/2024	Índice de Sinistralidade	31/12/2023	Índice de Sinistralidade
Automóvel (Casco)	(690.156)	63%	(596.461)	62%
Assistência	(111.882)	59%	(87.817)	61%
RC Facultativa Veículos	(113.277)	71%	(65.278)	66%
Total	(915.315)	64%	(749.556)	62%

Os índices de sinistralidade foram calculados com base nos prêmios ganhos. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2024	31/12/2023
Indenizações avisadas - Administrativas	(1.037.557)	(852.290)
Indenizações avisadas - Judiciais	(12.684)	(6.763)
Despesas com sinistros - Administrativos	(45.679)	(37.361)
Despesas com sinistros - Judiciais	(756)	(369)
Salvados	180.425	155.968
Ressarcimentos	4.552	2.894
Variação de sinistros IBNR	387	(9.677)
Variação de sinistros IBNER - Ajuste PSL	(2.822)	(737)
Variação de despesas relacionadas do IBNR	(9)	(682)
Serviços de assistência	(1.672)	(539)
Total	(915.315)	(749.556)

20.5 **Custos de aquisição e índice de comercialização %:**

	31/12/2024	Índice de Comercialização	31/12/2023	Índice de Comercialização
Automóvel (Casco)	(243.465)	22%	(203.751)	21%
Assistência	(42.098)	22%	(30.236)	21%
RC Facultativa Veículos	(31.849)	20%	(18.539)	19%
Total	(317.412)	22%	(252.526)	21%

Os índices de comercialização foram calculados com base nos prêmios ganhos. A seguir a abertura das despesas de custo de aquisição de contratos de seguros:

	31/12/2024	31/12/2023
Comissões sobre prêmios emitidos	(350.900)	(280.443)
Outros custos de aquisição	(4.928)	(1.959)
Variação do custo de aquisição diferido	38.396	29.876
Total	(317.432)	(252.526)

20.6 **Outras receitas e despesas operacionais:**

	31/12/2024	31/12/2023
Outras receitas com operações de seguros	(74)	(70)
Despesas com cobranças	(78.201)	(68.507)
Outras despesas com operações de seguros	(86)	(285)
Despesas diversas	(78.361)	(68.839)

As despesas operacionais referem-se a custos com rastreamento, custos com subscrição e avaliação de risco na aceitação do resseguro.

20.7 **Resultado das operações de resseguro:**

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas com resseguro	386.267	631.308
Indenizações de sinistros	25.432	33.714
Despesas com sinistros	(8.259)	5.440
Variação provisões IBNR	(68.559)	(119.277)
Salvados	334.881	551.185
Total	(342.740)	(564.156)
Despesas com resseguro	(342.740)	(564.156)
Prêmios resseguro	(7.859)	(12.971)

20.8 **Despesas administrativas:**

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal próprio	(50.635)	(40.363)
Despesas com serviço de terceiros	(54.943)	(44.825)
Despesas com localização e funcionamento	(12.559)	(12.559)
Despesas com propaganda e publicidade	(34.296)	(15,056)
Despesas com publicações	(10)	(11)
Despesas com donativos e contribuições	(1.733)	(1.191)
Despesas administrativas diversas	(11.510)	(1.288)
Total	(161.245)	(115.238)

As operações de resseguro são liquidadas em 30 dias.

20.9 **Despesas com tributos:**

Relatório de Administração - Exercício de 2024

ANS - nº 310981

Senhores Diretores e Acionistas, Temos a satisfação de agradecer à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Operadora"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

soietária da Caixa Seguridade na Companhia, a Administração conduziu um projeto em 2023 de autorização operacional e tecnológica dos serviços que até então eram executados de forma compartilhada em nível de holding com as demais empresas, e cuja conclusão deu-se em janeiro de 2024 com reflexos já esperados nas despesas da Companhia.

Honorários de Auditoria Externa A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador fiscal, CNP Assurances, na França.

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais) Table with columns for NOTA, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include ATIVO CIRCULANTE, Despesas diferidas, ATIVO NÃO CIRCULANTE, etc.

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais) Table with columns for NOTA, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include PASSIVO CIRCULANTE, Provisões técnicas de operações de assistência à saúde, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, etc.

Demonstração do Resultado do Exercício (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação) Table with columns for NOTA, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO, Resultados do exercício, etc.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais) Table with columns for Discriminação, Saldos em 01 de janeiro de 2023, Saldos em 31 de dezembro de 2023, etc.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais) Table with columns for Capital social, Prejuízos acumulados, Total. Rows include 30.400, 47.000, 77.400, etc.

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais) Table with columns for DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE, Resultados do exercício, etc.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional A Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. ("Odonto Empresas" ou "Operadora"), sediada na Avenida Tamboaré, 267 15º andar conjunto 151B, Barueri - SP, tem por atividade a administração e comercialização de planos privados de assistência à saúde suplementar no segmento de odontologia na modalidade de pré-pagamento, relacionados com a prestação de serviços de operação de planos odontológicos para empresas, associações e grupos de pessoas fidelizadas (affinity groups) e pessoas físicas por meio de seus clientes.

livres de risco de crédito, a Companhia avaliou que não há risco de perda. Desta forma, não houve impacto nas demonstrações financeiras de perda esperada futura reconhecida. 2.5.2. Provisão para Perda Sobre Créditos A Provisão para Perda Sobre Créditos (PSPC) seguem as seguintes premissas: Os prêmios são avaliados inicialmente pelo valor original. A Operadora constitui provisão conforme requerido pela RN nº 528/2022 e alterações posteriores.

2. Resumo das políticas contábeis materiais As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. A Operadora adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 (R1)), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam, as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

2.6. Impairment de ativos não financeiros O impairment é contabilizado ao custo de aquisição e as depreciações são calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens. As taxas de depreciação utilizadas pela Operadora são: i) Móveis, máquinas, utensílios e demais equipamentos - de 10% a 20% a.a.; ii) benfeitoria em imóveis de terceiros de 20% a.a.; e iii) veículos - 20% a.a. O intangível é composto de sistemas informatizados desenvolvidos internamente e gastos com desenvolvimento de sistemas, a serem amortizados a partir da data de utilização. A taxa de amortização utilizada é de 20% a.a.

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto (Em milhares de reais) Table with columns for ATIVIDADES OPERACIONAIS, ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS. Rows include Recebimento de planos odontológicos, Caixa líquido nas atividades operacionais, etc.

2.14. Adoção do CPC 48 - Instrumentos Financeiros A Operadora adotou o CPC 48 - Instrumentos Financeiros em 1º de janeiro de 2023 através da Resolução Normativa 528, de abril de 2022. A norma introduz um conceito de perda esperada decorrente de eventos ocorridos, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. O CPC 48 exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada quanto à sua capacidade de prosseguir com as atividades. Assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no princípio da continuidade.



ODONTO EMPRESAS CONVÊNIO DENTÁRIOS LTDA. CNPJ: 40.223.893/0001-59

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

necessidade imediata de caixa. No caso da Companhia, o risco de liquidez pode ser considerado baixo, pois a carteira é constituída em sua maior parte por ativos classificados "Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado", reduzindo assim o risco da insuficiência de recursos nas datas projetadas para o cumprimento de suas obrigações.

Table with columns: Sem vencimento, Até 1 ano, Total, 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Valor justo por meio do resultado - VJR, Contraprestações a receber, etc.

(i) A composição dos títulos e créditos a receber é constituída por antecipações a funcionários e diretos a receber de intercompany; (ii) O fluxo dos passivos considerou a projeção de esgotamento das provisões técnicas, sendo calculadas apenas pelos valores e serem cobertos;

3.5. Risco de crédito Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Operadora.

A Operadora restringe a exposição a riscos de crédito nos seus investimentos, efetuando alocações em fundos de renda fixa soberano de baixo risco. A Operadora está exposta a concentrações de risco com prestadores de serviços individuais, devido à natureza do mercado de saúde e à taxa restrita de prestadores que possuem classificações de crédito aceitáveis.

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de risco, como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. É utilizado o menor rating disponível entre essas três agências.

A Administração entende que, no que se refere às operações de planos de saúde, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Operadora opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos. A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Operadora:

Table with columns: BB-, Sem Rating, Total, Sem Rating, Total. Rows include Valor justo por meio do resultado, Fundos de investimento - Vinculado, etc.

3.6. Risco de mercado 3.6.1. Gerenciamento de risco de mercado Definido-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descausamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma instituição.

3.6.2. Controle de risco de mercado A metodologia utilizada pela Operadora para medir a exposição aos riscos de mercado é o Value-at-risk (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando-se um determinado nível de confiança. Os limites são definidos pela Administração. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

Para realização dos cálculos o custodiante utiliza-se dos seguintes parâmetros: • Modelo não paramétrico; • Nível de confiança de 99%; • Horizonte temporal de um dia e; • Volatilidade sob o critério EWMA (lambda = 0,94).

O saldo apresentado de Value at Risk da carteira de investimento da Operadora em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 6 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 2).

4. Aplicações

A Operadora realiza aplicações em fundos de investimentos, os quais já aplicam o valor justo ao valor da quota, por este motivo as apresentações de valor de mercado e valor do custo atualizado já estão aplicadas a valor justo.

Table with columns: Valor Justo, Custo Atualizado, Valor Justo, Custo Atualizado, Sem Vencimento, Percentual. Rows include Valor justo por meio do resultado, Fundos de investimentos abertos, etc.

4.1. Movimentação das aplicações A movimentação das aplicações financeiras demonstra-se como segue:

Table with columns: Saldo Inicial, Aplicações, Resgates, Rendimentos, Saldo final. Rows include Saldo Inicial, Aplicações, Resgates, Rendimentos, Saldo final.

4.2. Abertura por nível A seguir apresenta-se a classificação de ativos financeiros trazidos ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo. O valor está integralmente concentrado no nível 1. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 61.035 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 36.018).

5. Créditos das operações com planos de assistência odontológica

5.1. Contraprestação pecuniária Apresentamos a seguir as contraprestações a receber e a redução ao valor recuperável segregado por segmento e modalidade:

Table with columns: Contraprestações a receber, PPSC, A iniciar, Total. Rows include Odonto empresarial, Odonto pessoa física, Total.

5.2. Movimentação das contraprestações a receber e da provisão para risco de crédito

Table with columns: Saldo Inicial, Contraprestações emitidas, Contraprestações canceladas, Recebimentos, PPSC, Saldo final. Rows include Saldo Inicial, Contraprestações emitidas, Contraprestações canceladas, Recebimentos, PPSC, Saldo final.

5.3. Faixas de vencimento

Table with columns: Contraprestações a vencer, De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 120 dias, Mais de 121 dias, PPSC, A Iniciar, Saldo final. Rows include Contraprestações a vencer, De 1 a 30 dias, De 31 a 60 dias, De 61 a 120 dias, Mais de 121 dias, PPSC, A Iniciar, Saldo final.

5.4. Despesas diferidas O saldo das Despesas diferidas refere-se substancialmente ao diferimento de comissão. O saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 260 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 864).

6. Créditos tributários e previdenciários

6.1. Composição dos créditos tributários e previdenciários Os créditos tributários da Operadora estão integralmente originários por tributos a compensar, e estão compostos da seguinte forma:

Table with columns: Ativo circulante, Contribuição Social, Imposto de Renda, Outros Tributos, Total. Rows include Ativo circulante, Contribuição Social, Imposto de Renda, Outros Tributos, Total.

6.2. Créditos fiscais não reconhecidos A composição dos créditos tributários fiscais não reconhecidos estão distribuídos da seguinte forma:

Table with columns: Adições temporárias, Prejuízo fiscal, Total. Rows include Adições temporárias, Prejuízo fiscal, Total.

7. Imobilizado e intangível

O saldo de imobilizado está totalmente representado por veículos, instalações, equipamentos de informática e benfeitoria em imóveis de terceiros. O intangível refere-se integralmente a gastos com sistemas informatizados. A seguir apresentamos a movimentação do Imobilizado e Intangível:

Table with columns: Imobilizado, Taxa anual de depreciação (%), Saldo Inicial, Aquisições, Baixas, Depre- Saldo, Saldo final. Rows include Imobilizado, Equipamentos, Móveis, máquinas e utensílios, Veículos, Benfeitoria em imóveis de terceiros, Total.

Table with columns: Intangível, Taxa anual de amortização (%), Saldo Inicial, Aquisições, Baixas, Amortiza- Saldo, Saldo final. Rows include Intangível, Sistemas de computação em desenvolvimento (i), Total.

(i) Sistemas em desenvolvimento não são amortizados. A amortização ocorre a partir da conclusão do sistema na conta Sistemas de computação.

8. Provisões técnicas

Apresentamos a seguir a movimentação das provisões técnicas:

Table with columns: Provisão para Eventos e Sinistros a Liquidar (PESL), Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), Provisão de Contraprestações Não Ganhadas (PIC), Provisão de Prêmios e Contra-prestações Não Ganhadas (PPCNG), Total. Rows include Saldo Inicial, Constituições, Reversões, Aviso de sinistros, Pagamentos de sinistros, Saldo final.

9. Tributos e encargos sociais a recolher Apresentamos a seguir a composição dos tributos e encargos sociais a recolher:

Table with columns: IRPF terceiros a recolher, PIS/PASEP/COFINS, ISS a recolher, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outros tributos e encargos sociais a recolher, Total. Rows include IRPF terceiros a recolher, PIS/PASEP/COFINS, ISS a recolher, INSS a recolher, FGTS a recolher, Outros tributos e encargos sociais a recolher, Total.

10. Débitos diversos

Apresentamos a seguir a composição dos débitos diversos:

Table with columns: Fornecedores, Obrigações com pessoal a pagar, Comissões e bonificações a pagar, Obrigações a pagar - Previsul, Provisão honorários advocatícios, Provisão de contas a pagar, Outros tributos a pagar, Total. Rows include Fornecedores, Obrigações com pessoal a pagar, Comissões e bonificações a pagar, Obrigações a pagar - Previsul, Provisão honorários advocatícios, Provisão de contas a pagar, Outros tributos a pagar, Total.

11. Depósitos judiciais e provisões para ações judiciais

A composição dos depósitos judiciais e provisões para ações judiciais, está demonstrada a seguir:

Table with columns: Depósitos judiciais, Contingências passivas. Rows include Natureza cível (i), Natureza ADM - ANS, Natureza trabalhista, Natureza fiscal - Contingências, Total.

(i) Os valores de depósitos judiciais referem-se aos processos de execuções fiscais nº 5002039-9/2019-4.03.6144 e 33910.025564/201706, referentes aos processos administrativos movidos pela ANS. A movimentação das provisões para ações judiciais pode ser resumida como segue:

Table with columns: Saldo Inicial, Adições, Reversões, Ajustes, Saldo final. Rows include Natureza cível, Natureza ADM - ANS, Natureza trabalhista, Natureza fiscal - Contingências, Total.

As provisões judiciais cíveis correspondem, substancialmente, a cobertura de danos morais, materiais, que estão em discussão judicial.

As provisões fiscais, referem-se a tributos federais, com solicitação administrativa de pedido de restituição e/ou compensação junto a Receita Federal do Brasil.

A segregação em função da probabilidade de perda pode ser resumida como segue:

Table with columns: Quantidade, Remota, Possível, Provável, Total. Rows include Natureza cível, Natureza ADM - ANS, Natureza trabalhista, Natureza fiscal - Contingências, Total.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 77.400 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 30.400), e está representado por 7.740.049.342 (sete bilhões, setecentos e quarenta milhões, quarenta e nove mil, trezentas e quarenta e duas) quotas, no valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada uma. Conforme AGE de 29 de janeiro de 2024, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 47.000, mediante a emissão de 4.700.000.000 (quatro bilhões e setecentos milhões) novas quotas.

13. PLA e margem de solvência

Em atendimento à Resolução normativa nº 569/2022, apresentamos a seguir a composição da PLA e Margem de Solvência:

a) Patrimônio líquido ajustado

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include 1 - Patrimônio líquido Contábil, 2 - Deduções, Despesas de comercializações diferidas, Despesas antecipadas, Intangível (líquido de gastos com promoção e prevenção à saúde), Patrimônio líquido ajustado (PLA), Capital baseado em Risco.

Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR) Capital de risco de crédito Capital de risco de subscrição Capital de risco de mercado Capital de risco de operação Benefício da correlação

Capital baseado em Risco Suficiência de capital % Suficiência de capital Suficiência de solvência

13.1. Provisões técnicas/ativos garantidores Esta nota explicativa apresenta o saldo de provisões técnicas e dos ativos garantidores, com o objetivo de demonstrar a obrigação regulatória. Apresentamos a seguir a composição:

Table with columns: Provisão Técnica, PEONA 100%, PPCNG, PPSL. Rows include Provisão Técnica, PEONA 100%, PPCNG, PPSL.

14. Transações com partes relacionadas A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia: sua controladora CNP Assurances Participações Ltda., controladora indireta CNP Assurances, demais Companhias ligadas à sua Controladora, seus administradores, conselheiros e demais membros constituídos no "pequeno-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05.

Table with columns: Ativo Passivo, Ativo Passivo. Rows include Caixa Seguradora S.A. (i)(ii), Companhia de Seguros Previdência do Sul (i)(ii), CNP Capitalizadora S.A. (i)(ii), Caixa Seguradora especializada em Saúde S.A. (ii), Caixa Econômica Federal (i), Wiz Soluções e Corretagem de Seguros S.A. (ii), Crescer Serviços de Orientação a Empreendedores S.A. (i).

(i) Refere-se a compartilhamento e custo; (ii) Refere-se a valor de tarifa sobre os serviços prestados pela operadora; (iii) Soma das deduções permitidas de incentivo a vendas; (iv) Despesas referentes a previdência privada dos funcionários.

A Operadora não concede benefícios pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho, remuneração baseada em ações ou outros benefícios de longo prazo, para seu pessoal-chave da Administração.

15. Detalhamento das principais contas da demonstração de resultado

A composição das contas de resultado no período é a seguinte:

Table with columns: a) Receitas com Operações de Assistência à Saúde, b) Eventos Indenizáveis Líquidos, c) Outras Despesas Operacionais, d) Despesas de Comercialização. Rows include a) Receitas com Operações de Assistência à Saúde, b) Eventos Indenizáveis Líquidos, c) Outras Despesas Operacionais, d) Despesas de Comercialização.

e) Despesas Administrativas Pessoal próprio Serviços de terceiros Localização e funcionamento Publicidade e propaganda Taxa de saúde suplementar Tributos Provisão para contingência Outras despesas administrativas

f) Resultado financeiro líquido Receitas Recolhas com fundos de investimentos Recebimento em atraso Receita de juros e atualizações Outras receitas financeiras Despesas Descontos concedidos Juros e arrendamento Juros e atualizações - contingências cíveis Juros e atualizações - contingências fiscais Outras despesas financeiras

16. Imposto de renda e contribuição social

A abertura do imposto de renda e contribuição social e suas respectivas alíquotas efetivas são apresentadas a seguir:

Table with columns: Descrição, Imposto de Renda, Contribuição Social, Imposto de Renda, Contribuição Social. Rows include Resultado antes dos tributos e dos participações, Base de cálculo, Taxa nominal do tributo, Tributos calculado a taxa nominal, Ajustes do lucro real, Total dos ajustes a base de cálculo, Total sobre os ajustes.

17. Plano de previdência patrocinado

A Operadora oferece aos seus empregados um plano de previdência complementar, nas modalidades PGBL e/ou VGBL, contratado junto à Caixa Vida e Previdência S.A. Esse plano tem como objetivo complementar a renda na aposentadoria e pode ser utilizado como uma forma de investimento de longo prazo, com benefícios adicionais opcionais.

Chamar atenção no regulamento do fundo, a Operadora contribui com percentuais variáveis entre 2% e 12% do salário contratual do empregado. Além disso, a Companhia pode contribuir com até 100% do valor das contribuições voluntárias realizadas pelos empregados, conforme critérios estabelecidos no regulamento. Em 31 de dezembro de 2024 a Operadora efetuou contribuições no montante de R\$ 169 (31 de dezembro de 2023 R\$ 347).

18. Eventos subsequentes

Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados eventos subsequentes que exijam ajustes ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários.

Diretoria Executiva: François Dominique Philippe Tritz, Deborah Uema Oliveira, Fabíola Cerchiaro Bierrenbach, Marcelo Suman Mascaretti

Contadora: Luciene Rocha Batista, CRC SP-265373/O-7 SP

Atuário: Gabriel Porto Montenegro Henriques, Atuário MIBA nº 2978

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. Baner - SP

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odonto Empresas Convênios Dentários Ltda. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores A Administração da Operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras;

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os membros da Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 27 de fevereiro de 2025



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Relatório da Administração - Exercício de 2024

Senhores Diretores e Acionistas,
Temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Companhia"), relativas ao fim do ano de 2024, em conformidade com as disposições legais e estatutárias e com o relatório dos auditores independentes.
Em 27.01.2023 a CNP Assurances concluiu a aquisição da participação da Caixa Seguradora na CNP Participações em Seguros Ltda. "Nova Holding SUSEP", elevando de forma indireta sua participação para 100% na Companhia de Seguros Previdência do Sul. Uma vez que a Nova Holding SUSEP detém 100% da Companhia. Esta transação foi parte de um acordo global, celebrado entre os acionistas em 13.09.2022 por meio da assinatura de contrato de compra e venda de participações societárias entre as partes e está alinhada às orientações estratégicas da CNP Assurances no desenvolvimento estratégico da atividade de seguros no Brasil.
Neste cenário, a Administração conduziu um projeto de autonomia operacional e tecnológica dos serviços que até então eram executados de forma compartilhada a nível de holding com as demais empresas, e cuja conclusão deu-se em janeiro de 2024. Além disso, a Administração seguiu ao longo de 2024, investindo no fortalecimento de seus processos transformando a Companhia com o objetivo de fortalecer a estratégia de desenvolvimento no mercado brasileiro.

A Companhia registrou receita com prêmios emitidos de R\$ 276,2 milhões, representando um crescimento de 5% em relação ao exercício anterior.

No âmbito comercial, a Companhia tem atuado diversificando seus canais de distribuição e portfólio de produtos com presença importante no canal corretores, oferta de produtos de crédito para administradoras de consórcio além do início da comercialização de produtos de micro seguros na rede de atendimento dos Correios. Adicionalmente, a companhia fechou em 2024, novos acordos de distribuição com Banco Bari e Banco SENF para distribuição de produtos prestamista e residencial, respectivamente, mais um passo no projeto de expansão das operações da CNP Assurances.

A Companhia apurou um prejuízo líquido de R\$ 54,2 milhões, impactados pelas despesas e investimentos decorrentes do projeto de autonomia e desenvolvimento das atividades no Brasil.

Não obstante ao resultado apurado, a Companhia segue investindo e atuando para reposicionar a empresa e avançar as vendas para geração de resultados para os próximos exercícios.

Todos os projetos estruturados e executados pela Companhia de Seguros Previdência do Sul seguem os princípios de responsabilidade social e ambiental e gestão sustentável dos negócios.

Honorários de Auditoria externa

A divulgação dos honorários de auditoria externa é publicada anualmente nas informações financeiras do controlador final, CNP Assurances, na França.

Considerações Finais e Agradecimentos

A Companhia agradece o apoio e a confiança dos acionistas e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Em especial, agradece aos clientes pela confiança depositada em nossos produtos e serviços. Nosso compromisso, hoje e sempre, é construir com eles uma relação ética e duradoura.

Por fim, reconhece os colaboradores que trabalharam com dedicação exclusiva para a finalização desse importante negócio para a reestruturação societária do Grupo no Brasil. O apoio e a dedicação mais uma vez demonstrados são fatores fundamentais para consolidar as conquistas obtidas e enfrentar os desafios dessa nova fase da Companhia.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

A Administração

Balanco Patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023		Nota	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		265.338	179.284	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		356.742	341.673
CIRCULANTE		6.073	4.401	CIRCULANTE		130.465	158.584
Disponível		6.073	4.401	Contas a pagar		51.103	132.323
Caixa e bancos		6.073	4.401	Obrigações a pagar	12.1	1.003	1.003
Aplicações	6	102.933	99.290	Impostos e encargos sociais a recolher		7.092	3.305
Créditos das operações com seguros e resseguros		48.065	26.997	Encargos trabalhistas		9.222	65
Prêmios a receber	7	23.300	13.456	Impostos e contribuições		65	122
Operações com resseguradoras	17.3	24.765	13.241	Outras contas a pagar	12.2	62.983	18.851
Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas		17.3	2.459	Débitos de operações com seguros e resseguros		31.718	12.908
Títulos e créditos a receber		82.125	37.726	Prêmios a restituir		4.383	2.867
Títulos e créditos a receber	8.1	74.061	36.392	Operações com seguradoras		755	755
Créditos tributários e previdenciários	8.2	5.791	804	Operações com resseguradoras	17.3	16.259	3.640
Outros créditos		2.273	540	Corretores de seguros e resseguros	18	7.890	4.953
Despesas antecipadas		6.653	6.699	Outros débitos operacionais		2.431	693
Custos de aquisição diferidos		1.059	2.012	Depósitos de terceiros		13	16.865
Seguros	17.1	1.059	2.012	Provisões técnicas - seguros		17	174.594
ATIVO NÃO CIRCULANTE		427.170	435.614	Danos		129.097	111.029
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		225.157	240.602	Pessoas		43.459	44.652
Aplicações	6	180.610	207.783	Vida individual		2.038	2.928
Créditos das operações com seguros e resseguros		666	25	Outros débitos		3.100	2.942
Prêmios a receber	7	666	25	Débitos diversos	19	3.100	2.942
Títulos e créditos a receber	8.1	35.297	25.982	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		39.612	37.638
Títulos e créditos a receber	7	33.028	23.222	Contas a pagar		-	609
Créditos tributários e previdenciários	8.2	973	460	Tributos diferidos		-	609
Depósitos judiciais e fiscais	16	1.290	2.300	Débitos das operações com seguros e resseguros		-	12
Outros créditos operacionais		6	-	Corretores de seguros e resseguros		-	12
Outros valores e bens		7.838	5.856	Provisões técnicas - seguros		17	19.658
Despesas antecipadas		505	514	Danos		1.264	1.264
Custos de aquisição diferidos		241	442	Pessoas		18.249	13.065
Seguros	17.1	241	442	Vida individual		145	91
Investimentos		596	596	Outros débitos		19.954	23.187
Participações societárias		596	596	Provisões judiciais	16.1	14.140	19.184
Imobilizado		9.926	5.101	Débitos diversos	19	5.814	4.003
Bens móveis		9.099	3.900	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		296.155	235.587
Outras imobilizações		827	1.201	Capital social	20.1	456.659	336.659
Intangível		191.492	189.315	Ajuste de avaliação patrimonial		(4.389)	898
Outros intangíveis	11	191.492	189.315	Prejuízos acumulados		(156.115)	(101.970)
TOTAL DO ATIVO		692.509	614.898	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		692.509	614.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Prêmios emitidos		276.129	263.866
Variáveis das provisões técnicas de prêmios		1.554	762
Prêmios ganhos	14	277.683	264.628
Sinistros ocorridos	24.a	(149.757)	(113.361)
Custos de aquisição	24.b	(67.138)	(63.647)
Outras receitas e despesas operacionais	24.c	(78.664)	(74.366)
Resultado com resseguro		8.066	(3.726)
Recicla com resseguro		19.660	1.101
Despesa com resseguro	(11.591)	(4.821)	(4.821)
Despesas administrativas	24.d	(66.398)	(96.906)
Despesas com tributos	24.e	(3.568)	(3.421)
Resultado financeiro	24.f	29.586	14.013
Resultado patrimonial		46	(19)
Resultado operacional		(50.141)	(76.909)
Ganhos ou perdas com ativos não correntes	24.h	(395)	28
Resultado antes dos impostos e participações		(50.536)	(76.881)
Participações sobre o lucro	22	(3.609)	(12.482)
Prejuízo do exercício		(54.145)	(89.363)
Quantidade de ações	20.1	8.324.160.004	6.136.752.769
Prejuízo por ação em R\$		(6,50)	(0,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(54.145)	(89.363)
Outros resultados abrangentes	(5.287)	9.588
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado	(5.287)	9.588
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(5.896)	10.197
Efeito tributário dos ajustes de títulos e valores mobiliários	609	(609)
Total dos resultados abrangentes para o exercício	(59.432)	(79.775)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto (Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(54.145)	(89.363)
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	11.328	8.340
Perda (Reversão de perdas) por redução ao valor recuperável dos ativos	(18.911)	15.228
Juros em passivos de arrendamento	710	314
Perda (Ganho) na alienação de imobilizado e intangível	2.611	4
Ajuste ao valor de realização de comissão a pagar	6.253	(3.211)
Custos de aquisição diferidos	1.155	830
Variação de provisões técnicas - seguros e resseguros	5.280	23.635
Variável nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	18.242	(140.474)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(3.095)	(12.270)
Ativos de resseguro	(3.608)	150
Créditos fiscais e previdenciários	(1.666)	521
Depósitos judiciais e fiscais	1.010	(944)
Despesas antecipadas	55	(6.192)
Outros ativos	(50.713)	(15.943)
Impostos e contribuições	3.121	1.861
Outras contas a pagar	(37.087)	55.335
Débitos de operações com seguros e resseguros	12.545	3.663
Depósitos de terceiros	7.334	367
Provisões técnicas - seguros e resseguros	4.170	12.400
Provisões para contingências	(5.044)	10.321
Outros passivos	7.455	2.404
Caixa consumido pelas operações	(93.014)	(132.934)
Juros pagos:		
Juros recebidos	113	93
Imposto sobre o lucro pagos	(3.836)	(508)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(97.738)	(133.414)
Reciclação pela venda:		
Imobilizado	-	7
Intangível	-	7
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(17.895)	(113.174)
Intangível	(11.059)	(108.539)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(17.895)	(113.167)
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Capital	120.000	244.000
Arrendamento	(3.650)	(1.761)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	116.350	242.239
Arrendamento líquido	1.677	(4.342)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.401	8.743
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.073	4.401

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

Discriminação	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2023				
Aumento de capital - Conforme AGE de 27/06/2023	244.000	(6.690)	(12.607)	224.703
Títulos e valores mobiliários	-	9.588	-	9.588
Prejuízo do exercício	-	-	(89.363)	(89.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	336.659	898	(101.970)	235.587
Aumento de capital - Conforme AGE de 29/01/2024	120.000	-	-	120.000
Títulos e valores mobiliários	-	(5.287)	-	(5.287)
Prejuízo do exercício	-	-	(54.145)	(54.145)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	456.659	(4.389)	(156.115)	296.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Companhia de Seguros Previdência do Sul ("Companhia"), com sede na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105 - 7º andar - Conj. 72 - Bloco 4, São Paulo - SP - CEP 04571-900, iniciou suas atividades em 1º de agosto de 1906. Tem como controladora direta no Brasil a CNP Participações em Seguros Ltda. e atua em operações de seguros nos ramos de pessoas, patrimonial e riscos financeiros (vida em grupo, acidentes pessoais, prestamista, residencial, empresarial e crédito interno).

1.1. Estrutura societária do Grupo CNP
A estrutura atual do Grupo CNP após a cisão ocorrida em 2022 é apresentada no organograma a seguir:

2. Resumo das políticas contábeis materiais
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir e vêm sendo aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados. A Administração revisou e atualizou as informações divulgadas nesta nota, conforme aplicável, para garantir a adequação às normas vigentes.

2.1. Elaboração e apresentação
As demonstrações financeiras foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil" aplicáveis às entidades autorizadas a funcionar pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.
A Administração adotou a Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, dentre as alterações trazidas na norma temos a aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mudança no reconhecimento da redução do valor recuperável (RVR) de prêmios e ativos de resseguro e teste de adequação de passivos (TAP). Estas alterações passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.
Com base nas avaliações realizadas sobre os pontos acima mencionados, a adoção do normativo em questão não gerou impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, por ser o real a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa
A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento e investimentos financeiros com vencimento original de até três meses a partir da data de contratação, utilizados para atender obrigações de curto prazo, sem risco significativo de mudança de valor justo.

2.4. Mudança nas políticas contábeis
A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26), a partir de 01 de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetam as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.
As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre as políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.
A Companhia adotou a Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 que altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, dentre as alterações trazidas na norma temos a aprovação do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mudança no reconhecimento da redução do valor recuperável (RVR) de prêmios e ativos de resseguro e teste de adequação de passivos (TAP). Estas alterações passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2024.
Com base nas avaliações realizadas sobre os pontos acima mencionados, a adoção do normativo em questão não gerou impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia.

2.5. Instrumentos financeiros
O CPC 48, alinhado ao IFRS 9, estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, desreconhecimento e divulgação de instrumentos financeiros. Sua adoção impacta diretamente os processos de classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, considerando as novas regras de provisionamento para perdas esperadas.

2.5.1. Classificação e reconhecimento
A classificação dos ativos financeiros nos termos do CPC 48 é baseada no modelo de negócios da empresa e nas características de fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro, no qual o ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. A Companhia realiza o teste nos ativos para garantir que consistem exclusivamente em pagamentos de principal e juros (SPPI - Solely Payment of Principal and Interest - SPPI) e desenvolveu seus modelos de negócios para o gerenciamento de seus instrumentos financeiros, o qual direciona as estratégias e operações executadas pela Gerência de Investimentos.
A Companhia revisou a classificação dos seus ativos financeiros de acordo com o modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa. As categorias de mensuração são:

a. Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
São avaliados pelo valor de custo com utilização do método de juros efetivos, ou seja, calculando o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e inserindo o resultado dos juros pela aplicação da taxa efetiva de juros, atualizando o valor de compra do ativo pela taxa de juros negociados na época até seu vencimento. O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando: a finalidade é receber os fluxos de caixa contratuais e não o vender; e obrigatoriamente respeitar o teste de SPPI - Solely Payment of Principal and Interest. Atualmente a companhia não possui nenhum ativo nesse modelo de negócios.

b. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)
O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando: a finalidade é receber os fluxos de caixa contratuais e com a possibilidade de negociá-lo; e obrigatoriamente respeitar o teste de SPPI.

c. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)
No valor justo por meio do resultado, os ativos financeiros são registrados ao valor justo com contrapartida no resultado.
O ativo é mantido nesse modelo de negócios quando:
I) a finalidade negociá-lo; e
II) o seu fluxo de caixa contratual não se enquadra no teste de SPPI.

2.5.2. Impairment de instrumentos financeiros
O CPC 48/IFRS 9 introduz um conceito de perda esperada prospectivo, considerando não apenas as perdas incorridas, mas também as esperadas ao longo da vida do instrumento financeiro. A norma exige que seja estimado um modelo de perda de crédito esperada para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), e possui dois tipos de abordagem para a perda esperada que variam de acordo com o tipo de ativo financeiro: abordagem geral e simplificada.
• **Estágio 1:** Instrumentos financeiros sem aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A perda esperada é calculada com base em eventos possíveis nos próximos 12 meses.
• **Estágio 2:** Instrumentos financeiros com aumento significativo no risco de crédito, mas sem evidência objetiva de perda. A perda esperada é calculada com base em eventos ao longo da vida útil do ativo.
• **Estágio 3:** Instrumentos financeiros com evidência objetiva de impairment. A perda esperada é reconhecida ao longo da vida útil do ativo.
A Companhia adota a metodologia mais aplicada no mercado para a provisão de perda de crédito esper

COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

★ continuação

Ramo	Produto	Taxas de Carregamento
14	SEGURO RESIDENCIAL	Comercialização: até 70,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
18	SEGURO EMPRESARIAL	Comercialização: até 50,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
48	QUEBRA DE GARANTIA	Comercialização: até 70,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
77	PRESTAMISTA	Comercialização: até 80,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
82	ACIDENTES PESSOAIS COLETIVOS	Comercialização: até 70,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
90	EVENTOS ALEATÓRIOS	Comercialização: até 70,00%
		Despesas Administrativas: 15,00%
		Margem de Lucro: 5,00%
93	VIDA EM GRUPO	Comercialização: até 70,00%
		Margem de Lucro: 5,00%

2.10. Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros

2.10.1. Passivos de contratos de seguros

Os contratos que transferem risco significativo de seguro para Companhia são avaliados segundo uma metodologia, ou modelo contábil aplicável para contratos de seguro. A Companhia utilizou as regras do CPC 11, quando não contrariar as regras da SUSEP e CNSP para avaliação destes contratos. Com isso, a Companhia aplicou as regras e procedimentos mínimos previstos no CPC 11 para avaliação de contratos de seguro que incluem, principalmente: i) a realização de um teste de adequação dos passivos de contratos de seguro (ou, *Liability Adequacy Test - LAT*); ii) processo de classificação econômica e atuarial de contratos entre contratos de seguro ou contratos de investimento; e iii) identificação de derivativos embutidos.

2.10.2. Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição diferidos são compostos pelos gastos que possuem uma relação direta e incremental com a emissão ou renovação de contratos de seguro, e que possam ser avaliados com confiabilidade. Os demais custos de aquisição que não possuem essa relação direta e incremental são registrados como despesas, conforme incorridos. Para os custos diferidos, a amortização é realizada segundo período de contrato, que equivale substancialmente ao período de expiração do risco e seu prazo médio de diferimento no exercício foi de 28 meses (31 de dezembro de 2023 - 41 meses).

2.10.3. Teste de adequação do passivo - TAP

Conforme requerido pelo CPC 11, a Companhia promoveu um teste de adequação dos passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estejam vigentes na data de execução do teste. Para efeito de apuração de resultado, a Companhia opta por realizar a compensação dos resultados segregados pelo método de apuração determinado na legislação entre os grupos, respeitando as limitações obrigatórias sem possibilidade de compensação previstas no art. 43, inciso 3 da circular nº 648 e alterações. Além disso, o impacto da variação de eventual insuficiência observada por alteração da estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) será contabilizada em Outros Resultados Abrangentes (ORA). Para esse teste, a Companhia elaborou uma metodologia atuarial baseada no valor presente da estimativa corrente dos fluxos de caixa futuros das obrigações já assumidas. Para determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos foram agrupados conforme os grupos de ramos estabelecidos em regulamentação específica.

No cálculo atuarial das estimativas correntes dos fluxos de caixa foram consideradas premissas atuariais realistas para cada variável envolvida. Conforme abaixo:

- a) Estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ):** para desconto dos valores futuros dos fluxos projetados foram utilizados os índices IPCA e ANBIMA Pré-fixaada, conforme divulgado pela SUSEP.
 - b) Sinistralidade:** foram apuradas sinistralidades com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo 29,9% para o grupo de Pessoas, 45,3% para o grupo Patrimonial e 49,1% para o grupo de Crédito;
 - c) Cancelamento:** para estimativa de cancelamentos anuais utilizados no modelo, quando aplicável, foram utilizadas as bases históricas da evolução de ativos observados de cada produto que compõe os grupos testados;
 - d) Despesas:** as estimativas das despesas foram segregadas em despesas administrativas, despesas com tributos e despesas operacionais, considerando a média da relação histórica anual das despesas sobre o prêmio emitido;
 - e) Resseguro:** foram apuradas proporções, com base no histórico observado de cada grupo que compõe o estudo, sendo segregado entre despesas (prêmio de resseguro) e receita (recuperação). Para a premissa de despesa (prêmios de resseguro), encontramos 1,07% para o grupo de Pessoas, 37,66% para o grupo Patrimonial e 6,80% para o grupo de Crédito. Já para a receita (recuperação), apenas verificamos 11,00% o grupo de Crédito.
- Como conclusão dos testes realizados, foram encontradas insuficiências para os grupos de Pessoas em cerca de R\$ 1,4 milhões de reais e Patrimonial em cerca de R\$ 9,3 milhões de reais, mas compensadas no resultado consolidado. Dessa forma não havendo a necessidade de constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) conforme os critérios de compensação adotados pela Companhia. Os resultados para a data-base de 31 de dezembro de 2024 estão dispostos nas tabelas abaixo:

Grupo de Produtos	Prêmio registrado		Prêmio futuro	
	PPNG	Valor Presente dos fluxos	Grupo de Produtos	Valor Presente dos fluxos
Pessoas	3.888	3.567	Pessoas (1.449)	1.449
Patrimonial	1.684	348	Patrimonial (9.273)	9.273
Crédito	5.571	3.915	Crédito (52.065)	52.065
TOTAL	5.571	3.915	TOTAL	41.340

2.11. Outras provisões, ativos e passivos contingentes

A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou de responsabilidade social) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material.

A Companhia constitui provisões conforme CPC 25 para fazer face a desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As provisões são constituídas a partir de análises individualizadas, efetuadas pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e quando aplicável são atualizadas monetariamente de acordo com a legislação vigente.

2.12. Apuração do resultado

Os prêmios de seguros, incluindo coseguro aceito e cedido, bem como os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou futuras, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativos aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros; ganhos na alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), variações de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) que são reconhecidos no resultado da Companhia, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR), perdas de crédito esperado reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

As participações nos lucros devida aos empregados sobre o resultado são contabilizadas com base em estimativas e ajustadas quando do efetivo pagamento. As demais receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

2.13. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social com base nos rendimentos tributáveis do período, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 anuais.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro ajustado, de acordo com a legislação vigente.

As antecipações de imposto de renda e a contribuição social que foram pagas no decorrer do período são registradas no passivo circulante, quando aplicável.

2.14. Operações de arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento são reconhecidos pelo valor presente de contratos com prazo superior a 12 meses. A forma de apresentação obedece aos critérios de reconhecimento de um ativo de direito de uso pelo valor presente e de um passivo de arrendamento que serão realizados por meio de depreciação do ativo e amortização e despesa financeira oriundas dos juros a transcorrer sobre o passivo.

Os ativos de direito de uso (aluguel de imóveis) são mensurados pelo fluxo de caixa do passivo de arrendamento, descontado a valor presente. A depreciação dos ativos de direito de uso utiliza o método de depreciação linear, considerando o prazo de expectativa de permanência dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando eventuais renovações ou cancelamentos.

O valor presente dos pagamentos de arrendamento é calculado com base nos termos do contrato de arrendamento, levando em consideração o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, as taxas de juros implícitas e outros fatores relevantes.

2.15. Normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações emitidas e não adotadas pela SUSEP, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir:

CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17) estabelece diretrizes para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro que se enquadraram em seu escopo. O propósito do CPC 50 é garantir que as entidades forneçam informações relevantes e fidedignas sobre esses contratos, oferecendo uma base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o impacto dos contratos de seguro na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da empresa. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais que se iniciarem em ou após 1º de janeiro de 2023.

2.16. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, exceto quando descrito em nota explicativa própria sobre o ativo ou passivo.

3. Estimativas e julgamentos contábeis

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

A Companhia possui certos contratos que são classificados como contratos de seguro devido à transferência significativa de risco de seguro. As estimativas utilizadas na constituição dos passivos de seguros representam uma área onde a Companhia aplica estimativas contábeis críticas na preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC.

Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Companhia irá liquidar em última instância. A Companhia utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração, atuários e especialistas da Companhia para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações.

3.2. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para processos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas, fiscais e cíveis em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras. O processo utilizado pela Companhia para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Além disso, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, informações históricas de perdas em que existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões segundo o CPC 25.

3.3. Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros

A Companhia aplica as regras de análise de recuperabilidade para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. Nesta área, a Companhia aplica julgamento para determinar o grau de incerteza associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, principalmente os prêmios a receber de segurados.

3.4. Estimativas de recuperação de créditos tributários

Após estudos promovidos pela Administração em 31 de dezembro de 2022, a Companhia optou pela baixa dos ativos diferidos até então constituídos, incluindo todos os valores registrados de crédito tributários sobre adições temporárias e prejuízos fiscais, permanecendo com esses valores controlados em registros auxiliares fiscais, para aproveitamento fiscal, seguindo a regra emitida pela Receita Federal do Brasil. Os valores de créditos não reconhecidos estão sendo demonstrados na nota 8.2.2.

3.5. Estimativas de ressarcimentos

A constituição da estimativa de ressarcimento futuro é o valor apurado do ressarcimento que virá a ocorrer dos sinistros que já foram pagos, porém ainda não tiveram os ressarcimentos avisados. A metodologia estuda o comportamento histórico dos recebimentos dos ressarcimentos dos sinistros pagos, atualmente utilizamos um triângulo de desenvolvimento com 36 meses de observação. O estudo será avaliado com frequência mínima mensal e máxima anual, conforme descrito em nota técnica atuarial - NTA própria.

4. Gerenciamento de risco

A implementação do Acordo de Basileia II, nas diretrizes formuladas pela *European Insurance and Occupational Pensions Authority* (EIOPA), foi acompanhada pela SUSEP, através da divulgação da Resolução CNSP nº 416/2021. A norma exige a implantação de estruturas de gestão de riscos e sistemas de controles, seguindo critérios mínimos específicos como designação de diretor estatutário responsável pelos controles internos (*Chief Risk Officer*), responsável por desempenhar funções de caráter de monitoramento e controle (2ª linha).

O processo de Gestão de Riscos permite que os riscos de crédito, subscrição, mercado, operacional e tantos outros, sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados e reportados de modo unificado. A Diretoria de Riscos e Compliance da CNP Seguradora foi criada em atendimento a exigências regulatórias e com o objetivo de centralizar o gerenciamento de risco, avaliando e monitorando as exposições de risco da Companhia. As principais responsabilidades da Diretoria de Riscos e Compliance são:

- Definir a visão estratégica de *Risk Appetite*;
 - Garantir o acompanhamento e a eficácia dos dispositivos de vigilância dos riscos técnicos e de seguros, financeiros, operacionais, socioambientais e de compliance;
 - Definir políticas de gestão de riscos de acordo com as diretrizes definidas pela Alta Gestão e monitorar sua implementação dentro de unidades de negócios;
 - gerar alertas quando houver crescimento de riscos ou riscos emergentes;
 - assegurar a implementação de todos os pilares dos normativos *Solvency II* e *Own Risk and Solvency Assessment* - ORSA e todas as evoluções das regras de capital locais;
 - Elaborar, trimestralmente, o dashboard (painel de riscos), destinado à Alta Gestão, contendo informações quantitativas e qualitativas do ambiente de controle da Companhia; e
 - Promover a gestão de risco na cultura da Companhia.
- No que tange aos regulamentos, normas e políticas internas, o gerenciamento de riscos inerentes às atividades da Companhia é apoiado em uma estrutura de Riscos e Compliance. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua eficácia.

Ainda, com o intuito de acompanhar os diversos temas pertinentes à gestão de riscos, a Diretoria de Riscos e Compliance junta à estrutura de Governança organiza regularmente comitês, sendo eles, os Comitês *d'Engagements* (avaliação/discussão de oportunidades e viabilidade de produtos levando em conta o apetite ao risco e diretrizes da Companhia), e de Riscos e Compliance.

A Companhia conta ainda com o Código de Ética e Conduta e com diversas políticas e normativos internos que tratam de questões atinentes à ética e a integridade, a prevenção de fraude, à corrupção, à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Além disso, o Canal de Denúncia independente está disponível a colaboradores e ao público externo para o recebimento de relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares. Após o recebimento de relatos pelo Canal de Denúncia, estes são analisados e tratados pela Diretoria de Compliance e é verificada a existência de elementos e informações suficientes para que sejam investigados e as devidas ações tomadas.

Adicionalmente, a Companhia vem implementando ações com o objetivo de melhorar seu ambiente de governança e controle, destacando-se:

(i) o fortalecimento da gestão de riscos; (ii) aprovação pela Alta Administração e publicação de novas Políticas e Normativos específicos, relativos à contratação de serviços de terceiros, à prevenção aos conflitos de interesses, às questões relativas ao oferecimento e recebimento de brindes e presentes, entre outros.

A Companhia também possui processos e normativos internos relacionados a temas de Compliance, Risco Operacional e Controles Internos, Riscos Técnicos e Financeiros e Segurança da Informação.

4.1. Risco de mercado

4.1.1. Gerenciamento de risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva de uma Companhia. O gerenciamento de risco de mercado consiste em mensurar, acompanhar e controlar a exposição das operações financeiras da Companhia de acordo com um conjunto de práticas compatíveis com a natureza de suas operações, a complexidade dos produtos e as dimensões de exposição ao risco.

4.1.2. Análise de sensibilidade das taxas de juros

A carteira de investimentos da Companhia possui ativos classificados como: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR).

O método utilizado para a análise de sensibilidade dos ativos da Companhia é o de *Stress Test*, o qual é feito para as classificações ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). Nos exercícios de estresse diário, são calculados os resultados do VaR das carteiras e o choque de 100 *base points* na curva de juros. Este cenário contempla variações da curva de inflação e curva de juros.

O resultado dos testes realizados com o principal risco e sua variação estão apresentados no quadro abaixo:

Fatores de Risco	Value-at-Risk	DV-1
Fundos	7.761	-
Curva de deságio de LFT	8.345	(806.554)
Curva de Juros Prê	337.191	(867.012)
Cupom de índice de preços	149.137	-
Total	502.434	(1.673.566)

4.1.3. Taxas de juros contratadas

A carteira de investimento da Companhia dos títulos classificados na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) possui as seguintes taxas de juros contratadas:

Título	Taxa de juros contratada	
	31/12/2024	31/12/2023
Letras do Tesouro Nacional	Pré de 10,759% a 12,284%	-
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	Pré 10,124034%	Pré 11,00% a 11,01%
Notas do tesouro nacional (NTN-B)	IPCA + 6,339%	-
Letras financeiras do tesouro nacional	Pós 0,035236%	Pós 0,004%

4.1.4. Controle de risco de mercado

A metodologia utilizada pela Companhia para medir a exposição aos riscos de mercado é o *Value-at-risk* (VaR), o qual demonstra a perda máxima da carteira em um dado espaço de tempo, considerando um determinado intervalo de 99% de confiança. Para determinar os fatores que compõem a matriz de fatores, foram utilizadas a metodologia *Value-at-Risk* (VaR) paramétrica, proposto pelo JPMorgan através do *Riskmetric*, e os limites definidos pela Administração de forma conservadora. Dentre as informações utilizadas para o cálculo do VaR, como o histórico das cotações dos preços e o comportamento passado da estrutura de juros, não são contempladas variáveis exógenas para efeito das projeções dos cenários, tais como: catástrofes naturais, crises econômicas externas ou choques de preços dos ativos.

4.2. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade de a contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para o Grupo. As áreas-chave em que o Grupo está exposto ao risco de crédito são: i) parte ressegurada dos passivos de seguro; ii) montantes devidos pelos resseguradores referentes a sinistros pagos; iii) montantes devidos pelos segurados referente a contratos de seguro; iv) montantes devidos por intermediários nas operações de seguros; v) montantes referentes a recebíveis; e vi) emissor dos títulos e valores mobiliários.

A Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa restrita de resseguradoras que possuem classificações de crédito aceitáveis. O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, sendo *Fitch Ratings* e *Standard & Poor's*, *Moody's*. É utilizado o menor *rating* disponível entre essas três agências.

A exposição ao risco de crédito para a carteira a receber difere entre os riscos a decorrer e os riscos decorridos. Os ramos de riscos decorridos a exposição são maiores, uma vez que a cobertura é dada em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro.

A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, há uma exposição reduzida ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com diversos tipos de produtos, o que proporciona a diversificação e pulverização dos riscos.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia:

Composição dos ativos financeiros	31/12/2024		31/12/2023	
	A++	A+	A	A-
Valor justo por meio do resultado - VJR	-	-	74.810	74.810
Fundos não exclusivos	-	-	74.810	74.810
Outros resultados abrangentes - VJORA	-	-	208.733	208.733
Letras financeiras do tesouro	-	-	70.421	70.421
Letras do tesouro nacional	-	-	98.244	98.244
Notas do tesouro nacional	-	-	40.068	40.068
Créditos das operações com seguros	-	-	24.765	23.966
Ativos de resseguros	16.557	1.692	84	97
Exposição máxima ao risco de crédito	16.557	1.692	283.543	283.543

4.3. Risco operacional

A identificação, avaliação, análise e tratamento dos riscos, no processo de gerenciamento dos riscos operacionais, conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta administração até as diversas unidades organizacionais.

Para assegurar a unidade ao processo de gerenciamento de riscos corporativos, cabe à Gerência de Riscos e Controles Internos o mapeamento e o monitoramento dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e

Como atribuição voltada à gestão dos riscos operacionais, a Gerência de Riscos e Controles Internos deve:

- Atuar efetivamente como segunda linha de defesa;
- Promover e/ou consolidar as políticas de riscos, políticas de controles internos e política de perdas operacionais, de governança de riscos e outras que venham a ser aprovadas pela Diretoria Executiva;
- Promover, junto à Gerência de Compliance, as políticas de conformidade, fraude e prevenção à lavagem de dinheiro;
- Instituir, cumprir e fazer cumprir os padrões de monitoramento permanente de riscos e controles;
- Promover os órgãos de governança corporativa de informações atualizadas sobre a evolução do ambiente de controle;
- Orientar e apoiar os gerentes na gestão dos riscos operacionais e na proteção dos ativos organizacionais; e
- Disseminar a cultura de controle interno, de acordo com as diretrizes estratégicas.

Os gerentes responsáveis por cada área, além de suas responsabilidades específicas à função, devem:

- Atuar efetivamente como primeira linha de defesa;
- Gerir e ter propriedade sobre os riscos, implementando ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles;
- Manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de riscos e controle diariamente, identificando, avaliando, controlando e mitigando os riscos; e
- manter o controle de registros de controles de gestão e de supervisão adequados, para garantir a conformidade, objetivando a vigilância sobre os controles, processos inadequados e eventos inesperados.

Os profissionais da Companhia que atuam na área de riscos e controles possuem capacidade analítica, visão estratégica e apurado raciocínio lógico. A Diretoria Executiva define políticas que permitem o estabelecimento de normas, procedimentos, elaboração de cursos e cartilhas que são permanentemente atualizadas, de maneira consistente com o planejamento estratégico e com a estrutura organizacional definida em responsabilidades e atribuições, disseminando conhecimento para o gerenciamento do risco operacional.

A Alta Administração tem acompanhado a evolução da cultura de mitigação de riscos do Grupo, na medida em que promove a conscientização da necessidade de conhecer e diagnosticar as perdas operacionais, manter histórico e adotar medidas de redução de perdas, principalmente junto aos profissionais de *front office*.

4.4. Riscos de liquidez

Risco associado à insuficiência de recursos financeiros aptos para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos no fluxo de pagamentos e recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação dos ativos e as obrigações. A falta de liquidez imediata pode impor perdas em virtude da necessidade de alienação de ativos com a consequente realização de prejuízo. No caso da Companhia, embora os ativos garantidores estejam próximo aos passivos, o risco de liquidez pode ser considerado baixo dado que houve aporte de capital em janeiro de 2024, deixando os ativos garantidores superiores aos passivos.

A Companhia apresenta, na referida data, um capital circulante líquido negativo, decorrente de um ativo circulante de R\$ 265.338 e um passivo circulante de R\$ 356.742, indicando que as obrigações de curto prazo superam os ativos disponíveis no mesmo período. Apesar desse descasamento do capital circulante líquido negativo, a Companhia possui R\$ 180.610 de ativos financeiros VJORA com vencimento superior a 1 ano, porém com liquidez imediata, podendo ser usado para cobrir o capital circulante líquido em caso de necessidade.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Até 5 anos	Mais de 5 anos
Valor justo por meio do resultado - VJR (i)	74.810	-	-	-
Outros resultados abrangentes - VJORA (ii)	28.123	-	180.610	-
Prêmios a receber de segurados	23.300	-	-	-
Títulos e créditos a receber/créditos das operações	101.099	-	33.034	-
Ativos de resseguro	18.430	-	-	-
Equivalente de caixa	6.073	-	-	-
Total dos ativos financeiros (I)	251.835			



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

* continuação

Resseguro em todos os aspectos. O quadro a seguir apresenta os contratos de resseguro vigentes em dezembro/2024, cujo rating foi obtido por meio da agência AMBEST:

Table with columns: Carreiras, Ressegurador, Participação, Ressegurador, Rating, Condição. Lists various reinsurance contracts and their details.

4.5.3. Estratégia de subscrição
A política de subscrição é parte integrante do quadro de gestão de risco, ou seja, a política estabeleça as condições e os limites para aceitação e precificação das garantias prestadas...

4.5.4. Teste de sensibilidade
As análises de sensibilidade da Companhia, considerando-se as mudanças nas principais premissas, em 31 de dezembro de 2024, líquidos dos efeitos tributários, seguem apresentadas nos quadros a seguir, demonstrando os impactos de cada premissa no Resultado e no Patrimônio Líquido:

Table showing sensitivity analysis for 31/12/2024 and 31/12/2023. Columns include Bruto de resseguro, Líquido de resseguro, and various percentage changes.

4.6. Desenvolvimento de sinistro
O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões...

Table for Sinistros brutos de resseguro. Columns: Data de Aviso, Até 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, Total.

Table for Sinistros judiciais. Columns: Data de Aviso, Até 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, Total.

Table for Sinistros líquidos de resseguro. Columns: Data de Aviso, Até 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, Total.

Table for Discriminação das provisões de sinistros judiciais. Columns: Data de Aviso, Até 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, Total.

6.1. Resumo da classificação das aplicações
Valor Justo por meio do resultado - VJR
Fundos de investimento

Table for Aplicações financeiras. Columns: Valor Justo, Valor de Custo, Valor de Mercado, Sem Atualizado, Entre 01 ano e 05 anos, Percentual.

6.2. Abertura por nível hierárquico
A totalidade das aplicações apresentadas na nota 6.1 está classificada no Nível 1 - Títulos com cotação em mercado ativo.

Table for Movimentação das aplicações. Columns: Saldo Inicial, Aplicações, Resgates, Rendimentos, Ajuste ao valor justo, Saldo final.

7. Prêmios a receber
Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta, cosseguro aceito, riscos vigentes não emitidos.

Table for Composição de prêmios a receber e provisão para risco de crédito por ramo. Columns: Ramo, Prêmios a receber, Provisão para risco de crédito, Prêmios a receber, Provisão para risco de crédito, Prêmios a receber líquido.

7.2. Movimentação dos prêmios a receber e da provisão para risco de crédito
Saldo inicial
Prêmios emitidos
Prêmios cancelados
Recebimentos
Prêmios de RVNE
Saldo
Constituição/reversão de provisão para perda
Saldo total

Table for Prêmios a receber e provisão para risco de crédito por vencimento. Columns: Prêmios a receber de segurados, Provisão para risco de crédito, Prêmios a receber líquido, Prêmios a receber de segurados, Provisão para risco de crédito, Prêmios a receber líquido.

8. Títulos e créditos a receber
Demonstramos abaixo os saldos de títulos e créditos a receber da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou um saldo de R\$ 31,8 de títulos a receber decorrente de refaturamento com as partes relacionadas.

Table for Títulos e créditos a receber. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists various receivables and their balances.

Table for Desenvolvimento das efetivas realizações dos ativos ressarcimentos. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists payment developments for various months.

Table for Ressarcimentos. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists various types of reimbursements.

Table for Expectativas realizações dos ativos de ressarcimentos estimados. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists estimated future reimbursements.

Table for Créditos tributários e previdenciários. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists tax and social security credits.

Table for Saldo inicial de Créditos Tributários. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists tax credit balances.

Table for Saldo Atual dos Créditos Tributários. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists current tax credit balances.

Table for Saldo Atual dos Créditos Previdenciários. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists current social security credit balances.

Table for Outros valores e bens. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists other assets and values.

Table for Ativo de direito de uso. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists right of use assets.

Table for Movimentações. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists asset movements.

Table for Intangível. Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists intangible assets.

Table for Taxas anuais de depreciação (%). Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists annual depreciation rates.

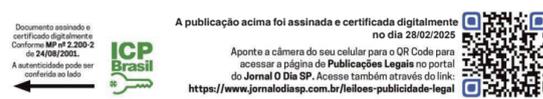
Table for Taxas anuais de amortização (%). Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists annual amortization rates.

Table for Taxas anuais de depreciação (%). Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists annual depreciation rates.

Table for Taxas anuais de amortização (%). Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists annual amortization rates.

Table for Taxas anuais de depreciação (%). Columns: 31/12/2024, 31/12/2023. Lists annual depreciation rates.

continua





COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

* continuação

12. Contas a pagar
12.1 Obrigações a pagar
A composição em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

12.2. Despesas de serviços de terceiros
A composição em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

13. Depósitos de terceiros
Prêmios e emolumentos recebidos
Outros depósitos

14. Ramos de atuação
Os principais ramos de atuação da Companhia são:

15. Impostos e contribuições
15.1 Imposto de renda e contribuição social

16. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais
16.1. Composição

16.2. Segregação em função da probabilidade de perda
16.3. Movimentação das ações

17. Provisões técnicas e custos de aquisições diferidos
Apresentamos a seguir informações referentes às provisões técnicas e custos de aquisição diferidos:

17.1. Abertura por ramo

17.2. Movimentação

17.3. Operações com resseguradoras e ativos de resseguro
a) Ativo

b) Passivo
Operações com resseguradoras

c) Composição de prêmio emitido por grupo de ramos

17.4. Garantia das provisões técnicas
Provisões técnicas
Total das exclusões

18. Corretores de seguros e resseguros
Apresentamos a seguir informações referentes às operações com corretores de seguros e resseguros:

19. Débitos diversos
Passivo de arrendamento

20. Patrimônio líquido
20.1. Capital social

20.2. Reserva de lucros
20.3. Reserva legal

21. Patrimônio líquido ajustado - PLA, margem de solvência e capital mínimo requerido

22. Participação sobre o resultado

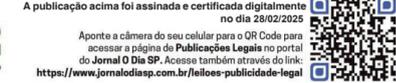
23. Plano de previdência patrocinado

24. Detalhamento das contas de resultado

24.1. Sinistros ocorridos
24.2. Custos de aquisição

24.3. Outras receitas/despesas operacionais
24.4. Despesas

continua ->



Este documento foi assinado digitalmente por O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda. Para verificar as assinaturas vá ao site https://assinaturas.certisign.com.br:443 e utilize o código B3F4-0E6B-3125-86A5.



COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL
CNPJ: 92.751.213/0001-73

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

31/12/2024		31/12/2023		25. Partes relacionadas			
d) Despesas administrativas				A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia CNP Participações em Seguros Ltda. (Controladora direta), CNP Assurances (Controladora indireta), Caixa Seguradora Participações S.A. (Acionista da CNP Participações em Seguros Ltda.), Caixa Econômica Federal - CAIXA (Controladora da Caixa Seguradora Participações S.A.). As demais empresas identificadas são Controladas e Coligadas de sua Controladora direta ou indireta, seus administradores, conselheiros e demais membros considerados como "pessoal-chave" da administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre partes relacionadas.			
Pessoal próprio	(30.717)	(47.003)					
Serviços de terceiros	(26.400)	(30.245)					
Localização	(4.384)	(13.411)					
Publicidade e propaganda	(1.421)	(3.330)					
Doativos e contribuições	(236)	(64)					
Direito de uso - arrendamento	(3.044)	(1.624)					
Publicações	(73)	(74)					
Outras despesas administrativas	(123)	(1.167)					
Total	(66.398)	(96.906)					
e) Despesas com tributos				26. Eventos subsequentes			
IP/TU e ISS	(3)	(46)		Em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram identificados eventos subsequentes que exijam ajustes ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul.			
PIS	(1.104)	(1.268)					
Taxa de fiscalização	(1.978)	(1.120)					
Tributos federais	(102)	(676)					
Outras despesas com tributos	(381)	(311)					
Total	(3.568)	(3.421)					
f) Resultado financeiro				26. Eventos subsequentes			
Receitas				26. Eventos subsequentes			
Resultado com títulos de renda variável	27.119	15.709					
Resultado com fundos de investimentos	4.368	5.837					
Receitas financeiras com operações de seguros	179	161					
Receitas com depósitos judiciais e fiscais	(72)	126					
Outras receitas financeiras	1.669	—					
Total	33.263	21.940					
Despesas				26. Eventos subsequentes			
Despesas financeiras com operações de seguros	(1.803)	(3.304)					
Juros e atualizações - contingências civis	(293)	(4.202)					
Juros de arrendamento	(700)	(314)					
Juros e atualizações - restituições CAIXA	(276)	(1)					
Resultado com títulos de renda fixa	(174)	—					
Outras despesas financeiras	(431)	(104)					
Total	(3.677)	(7.927)					
g) Receitas/despesas patrimoniais				26. Eventos subsequentes			
Receita de aluguel com imóveis de renda	46	(72)					
Outros investimentos	46	(13)					
Total	92	(85)					
h) Ganhos ou perdas com ativos não correntes				26. Eventos subsequentes			
Redução ao valor recuperável (i)	—	17					
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	—	(4)					
Resultado na alienação de bens do ativo intangível	(2.138)	—					
Provisão custo projeto OPIN	(1.271)	—					
Crédito Habilitado PAF	217	15					
Outras receitas/despesas	117	—					
Total	(395)	28					

Diretoria Executiva

François Dominique Philippe Tritz
Diretor Presidente

Deborah Uema Oliveira
Diretora

Marcelo Suman Mascaretti
Diretor

Contadora

Luciene Rocha Batista
CRC SP-265373/O-7 SP

Atuário

Gabriel Porto Montenegro Henriques
Atuário MIBA nº 2978

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria - Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

O Comitê de Auditoria - COAUD é um órgão estatutário, instalado na CNP Participações em Seguros Ltda. e com atuação sobre as suas controladas, Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul e CNP Capitalização S.A., reportando-se diretamente à Reunião de Sócios da Sociedade. É constituído provisoriamente por 02 (dois) membros (até que o terceiro seja devidamente indicado) eleitos pela Reunião de Sócios, para um mandato de 5 (cinco) anos.

Principais Atividades

O Comitê realizou reuniões com a participação de executivos das empresas da CNP Seguradora, dos representantes das empresas de auditoria independente (contábil e atuarial) e das áreas de auditoria interna, riscos, controles internos e compliance, jurídico e governança corporativa, ouvidoria, regulatório e financeiro. Essas reuniões tiveram a agenda definida pelo COAUD e o propósito de levantar informações e acompanhar os principais temas relacionados à gestão de riscos, aos controles internos e à conformidade na Companhia.

O Comitê acompanhou os procedimentos de preparação e revisão as demonstrações financeiras, as notas explicativas e o relatório da administração, assim como o relatório dos auditores independentes, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2024, das duas empresas.

Conclusões

Tendo por base os documentos e informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê:

- Não identificou e nem foi informado sobre a existência ou evidências de erros ou fraudes de que trata o Art. 141 da Resolução CNSP nº 432/21;
- Considerou as análises e as informações fornecidas pela KPMG e PWC indicativas da efetividade de seus trabalhos na condição de auditores

independentes e da inexistência de situações que pudessem afetar sua objetividade e independência;

- Considerou os relatórios e as informações fornecidas pela Auditoria Interna e pela Diretoria de Riscos indicativas da efetividade dos seus trabalhos;
- Não identificou falhas no cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade do negócio;
- Constatou que as práticas contábeis utilizadas pelas empresas na elaboração das Demonstrações Financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais de contabilidade, a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis; e,
- Constatou que as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes a 31 de dezembro de 2024 foram elaborados em conformidade a legislação societária brasileira e as demais normas aplicáveis.

Considerando todo o exposto, o Comitê de Auditoria recomendou ao Conselho de Administração com base nas informações trazidas ao seu conhecimento, a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2025

Roberto Westenberger
Coordenador Interino do Comitê de Auditoria

Manuel Luiz da Silva Araújo
Membro do Comitê de Auditoria

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes

Aos Administradores e Acionistas
Companhia de Seguros Previdência do Sul

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Sociedade), em 31 de dezembro de 2024 (doravante denominados, em conjunto, "Itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos Itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2024, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para a atualização dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 17º andar, parte 5,
Edifício Adalmo Dellape Baptista B32,
Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04538-132
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105
Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia de Seguros Previdência do Sul
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Seguros Previdência do Sul (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações financeiras e demonstrativos do patrimônio líquido dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia de Seguros Previdência do Sul em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das Provisões técnicas de seguros - (PSL, PDR, IBNR e IBNeR) e teste de adequação de passivos

Principal assunto de auditoria

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.9.1 e 17, a Companhia mantém provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Para mensurar o teste de adequação de passivos, a provisão de sinistros a liquidar (PSL), a provisão de despesas relacionadas (PDR), a provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que envolvem julgamento na determinação de metodologias e premissas que incluem expectativa de sinistralidade e taxas de desconto. Consideramos a avaliação da mensuração do teste de adequação de passivos e de determinadas provisões técnicas como um principal assunto de auditoria dada a subjetividade e julgamento envolvidos na determinação dos métodos e premissas chave relacionadas.

Como auditoria endereçou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:

(i) entendimento do processo de mensuração, revisão e aprovação dos cálculos relativos à provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNeR), provisão de sinistros a liquidar (PSL), provisão de despesas relacionadas (PDR) e teste de adequação dos passivos;

(ii) envolvimento de profissionais atuariais com conhecimento e experiência no setor que nos auxiliaram;

- na avaliação das metodologias e das premissas, tais como expectativa de sinistralidade e taxas de desconto utilizadas na mensuração das provisões técnicas (PDR, IBNR e IBNeR) e do teste de adequação de passivos, por meio do estabelecimento de um intervalo de melhor estimativa com base em premissas independentes ou derivadas das próprias informações históricas da Companhia;

- na determinação, de estimativa independente das provisões técnicas (PDR, IBNR e IBNeR), incluindo a utilização de premissas independentes e técnicas atuariais geralmente aceitas;

- na avaliação da suficiência das provisões técnicas (IBNR, IBNeR e PSL) por meio de comparação das estimativas históricas com os valores efetivamente observados;

- testes de integridade e precisão das bases de dados que contém as informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, por meio do confronto com as bases analíticas suportadas aos registros contábeis;

(iii) testes com base em amostragem, de existência e precisão das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas, como valores de sinistros, ramos de seguros, datas de aviso, datas de pagamento e datas de ocorrência dos sinistros, período de vigência do risco, entre outros, por meio do confronto com as respectivas documentações suportadas incluindo comprovantes de liquidação financeira, quando aplicável; e

(iv) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Avaliação de risco de perda e mensuração dos passivos contingentes fiscais

Principal assunto de auditoria

Conforme descrito na nota explicativa nº 16.1.b das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui decisão favorável que reconhece a isenção do recolhimento da COFINS, que foi obtida por meio do mandado de segurança transitado em julgado em 1/12/2008. Com a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF de 8/2/2023, a Corte considerou que uma decisão definitiva favorável ao contribuinte obtida em processo judicial afastando a incidência tributária, pode ser sobreposta por eventual decisão posterior contrária pelo STF, julgado sobre a mesma matéria. Desta forma, há um risco de reabertura da discussão sobre o trânsito em julgado obtido em mandado de segurança que garante a isenção da Cofins à Companhia. Devido a relevância do valor em risco e ao alto grau de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

(i) confirmação com o assessor jurídico externo acerca do prognóstico da probabilidade de perda, bem como, do valor em risco;

(ii) análise das opiniões legais, bem como das atualizações jurisprudenciais ocorridas no período, efetuadas pelos escritórios de advocacia especializados, para corroborar a posição da Companhia;

(iii) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Validamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que tenham sido previamente divulgados publicamente pelo assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carolina Maciel Messias dos Santos
Contadora CRC 1SP-246301/O-8



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 28/02/2025
Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para apontar a página de Publicações Legais no portal do Jornal O Dia SP. Acesse também através do link: <https://www.jornalodiassp.com.br/leioles-publicidade-legal>



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/B3F4-0E6B-3125-86A5> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: B3F4-0E6B-3125-86A5



Hash do Documento

8224E557A7D2946207FDCD6A21B6A56CEDE6508D140569478FE857EE8B59D1F9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/02/2025 é(são) :

- JORNALO DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 28/02/2025 00:00 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

